

# Candidatos de oposição crescem

No Espírito Santo e no Rio Grande do Sul as candidaturas populares de Albuíno Azeredo e Alceu Collares estão na frente. Em São Paulo o malufismo pode sofrer nova derrota. Págs. 3 a 5

## OLP contra o imperialismo americano

Em entrevista exclusiva, o chefe da representação palestina no Brasil, Ahmed Sobeh, defende a unidade dos povos contra a política belicista e colonialista dos EUA. Págs. centrais

## Latifúndio: massacres agora em MT

A chacina brutal de uma família de posseiros, em 15/10, é o último capítulo de uma nova escalada de crimes dos proprietários de terra. A nova região assolada é o norte de Mato Grosso. Pág. 10.

## Mário Schenberg

Conheça a vida e a obra do cientista que amou a liberdade, falecido dia 10 de novembro em São Paulo. Pág. 21

PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNÍ-VOS!

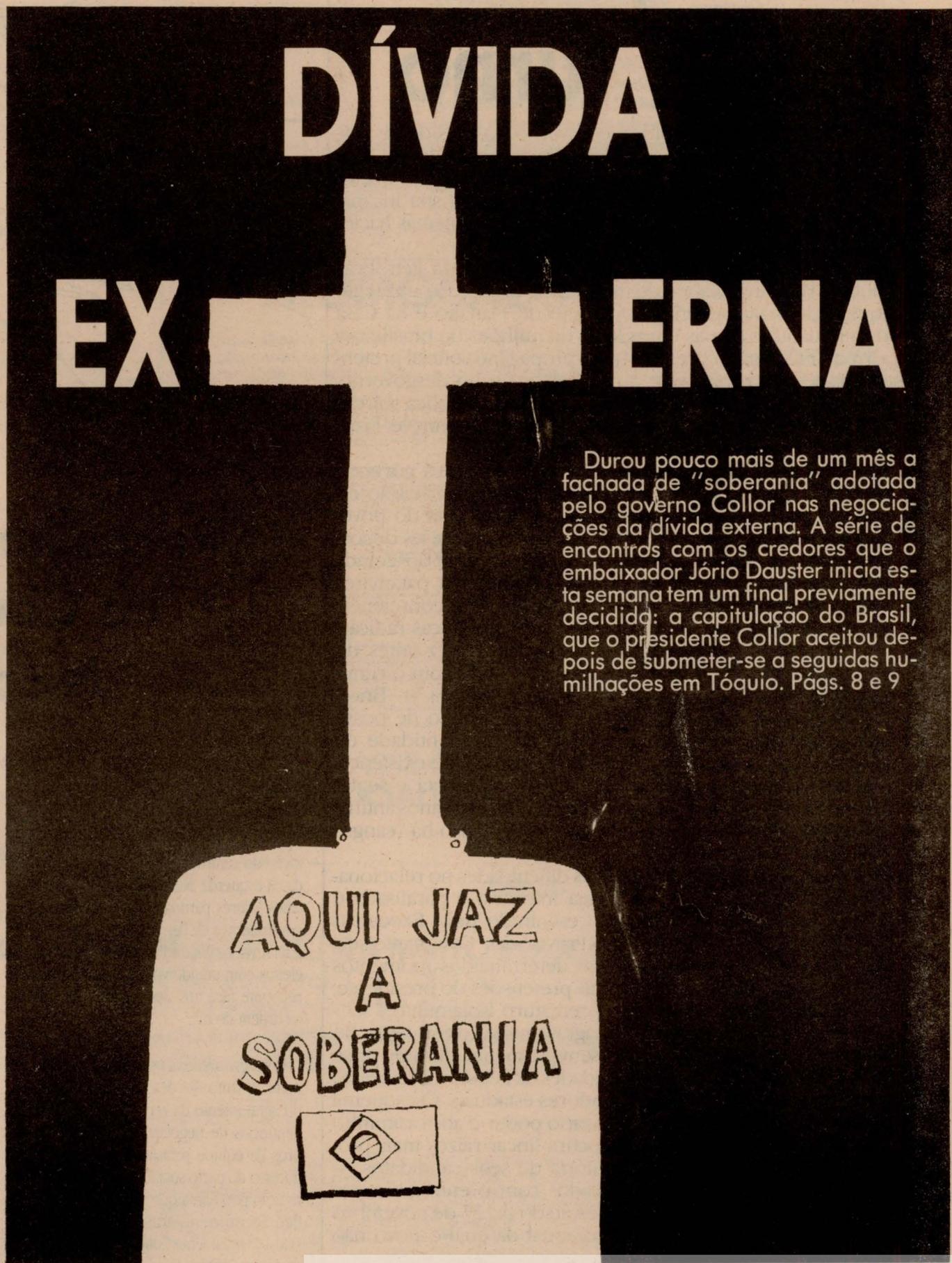
# A Classe Operária



ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

ANO 66 — VI FASE — Nº 55 — DE 20 de novembro a 14 de dezembro de 1990

Cr\$ 60,00  
PA-AM-RO-AC Cr\$ 80,00



Durou pouco mais de um mês a fachada de "soberania" adotada pelo governo Collor nas negociações da dívida externa. A série de encontros com os credores que o embaixador Jório Dauster inicia esta semana tem um final previamente decidido: a capitulação do Brasil, que o presidente Collor aceitou depois de submeter-se a seguidas humilhações em Tóquio. Págs. 8 e 9

## Plenária do CC em dezembro

A avaliação dos resultados gerais das eleições deste ano, o desempenho do PCdoB, questões políticas e organizativas da vida partidária e problemas atuais do movimento comunista internacional são os temas que estarão em debate pela direção nacional do PCdoB, cujo pleno se reunirá nos dias 7, 8 e 9 de dezembro em São Paulo. A próxima edição de *Classe Operária* circulará dia 14, com um balanço completo do pleito e uma informação detalhada sobre a reunião do Comitê Central.

CDM  
Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois

EDITORIAL

# A crise política e o 2º turno

**C**om impressionante rapidez, o governo do presidente Fernando Collor encontra-se cada vez mais enredado em contradições e envolvido numa crise política cuja complexidade aumenta à proporção que se evidencia sua incapacidade intrínseca para resolver os graves problemas nacionais.

Desde a demissão de Mota Veiga da presidência da Petrobrás e do deputado Bernardo Cabral do ministério da Justiça, o ambiente é de inquietação e insegurança no Palácio do Planalto e na Casa da Dinda, enquanto nas ruas e nos lares de milhões de brasileiros começa a tomar forma a impressão, que a propaganda oficial pretendia apagada, de que o país vive no descabro e no desgoverno. A credibilidade e a autoridade da Presidência da República sofrem sucessivos arranhões, levando seu titular a perder o controle, fazer ameaças e reafirmar seu estilo autoritário.

**S**ão muitos os focos geradores de crise nas hostes governamentais. O pano de fundo é o agravamento da situação do país e a acelerada deterioração do nível de vida do povo, decorrentes do fracasso do Plano Collor. Oito meses depois de lançado o pacote econômico, esvaiu-se a ilusão gerada pela promessa de zerar a inflação ou de contê-la em patamares baixos. Com nitidez cada vez maior, a nação toma consciência do profundo antagonismo entre seu desejo de mudanças radicais e urgentes e a retórica eleitoral do presidente. Talvez antes do que ele esperava, mas num tempo histórico ajustado com o ritmo de evolução da crise estrutural da sociedade brasileira, o "Brasil Novo" anunciado na campanha de 1989 e no discurso de posse em março deste ano, mostra a sua velha face e identidade de país espoliado e de povo abandonado a um padrão de existência infamante. Mas o presidente finge que não se dá conta e segue adiante, com determinação arrogante, na aplicação de planos antinacionais e antipopulares. Pois, segundo ele próprio, não há "canga" que o detenha.

Outro indicador da crise política são as dificuldades no relacionamento com o Congresso Nacional, cuja iniciativa é paralisada e a autonomia castrada com o método escolhido pelo Executivo de legislar sozinho através de Medidas Provisórias. Conquanto seja acentuado seu caráter conservador, em determinados momentos o Congresso reage, impondo derrotas às pretensões do presidente, cujo governo enfrenta o risco de um prematuro isolamento.

**É** precisamente neste quadro de agravamento da situação do país, em que fica patente o desenvolvimento de uma crise política, que se realiza em 16 unidades da Federação a eleição em segundo turno para governadores estaduais. O esquema "collorido", no afã de monopolizar o poder e abrir caminho para viabilizar planos continuístas, procura fincar raízes mais profundas no país, empenhando-se na vitória de seus candidatos — antigos e novos reacionários identificados com o entreguismo e o autoritarismo. É isto que confere à eleição do dia 25 de novembro a dimensão de uma batalha política nacional da qual o povo não pode nem deve se ausentar.

O voto contra os candidatos do Planalto na eleição do dia 25 é uma forma concreta e eficaz de manifestar o desgosto e o descontentamento do povo com a situação a que o governo Collor conduziu o país. As forças opositoras conseqüentes, colocando-se à altura de seus compromissos históricos, não devem perder a oportunidade de impor esta derrota ao governo antinacional e antipopular, condição indispensável para acumular forças na luta por um regime democrático e progressista.



## Peças importantes no Congresso Nacional

Luciano Siqueira\*

A nova composição do Congresso Nacional, a par do fortalecimento da direita e da fragilização do centro, apresenta expressiva bancada da esquerda. Nela, ao lado de experimentados líderes partidários, destacam-se os ex-governadores de Pernambuco e da Bahia, Miguel Arraes e Waldir Pires, deputados federais eleitos com grande votação. Este é um dado relevante face aos desafios que se colocam na ordem do dia.

O governo federal ostenta precoce desgaste político, fruto do descontrole inflacionário, do agravamento da recessão econômica, das denúncias de negociatas envolvendo membros da equipe palaciana, do prenúncio de fracasso do pacto social e da ascendente insatisfação popular, a que se junta agora o conflito aberto com parte do grande empresário. O presidente Collor, não obstante, vale-se de uma correlação de forças momentaneamente favorável e dá mostra de que pretende avançar rápido em seus planos entreguistas e antipopulares. Obediente aos desígnios do capital financeiro internacional, mantém-se inflexível e arrogante.

tidos, organizações da sociedade civil e personalidades democráticas, e que se reflita no Congresso Nacional através de uma firme e hábil resistência.

Não é tarefa simples. Está associada à unidade das forças populares e progressistas, objetivo permanente das correntes políticas conseqüentes, sempre sujeita a avanços e a retrocessos. Nas eleições presidenciais de 1989, a unidade foi decisiva para o crescimento da candidatura de Lula no segundo turno. No pleito de outubro passado, torpedeada pelo divisionismo do PT, deu lugar à dispersão de que se aproveitou a direita para reconquistar posições nos governos estaduais e nas casas legislativas. Agora, num cenário de agravamento da crise social e de riscos reais de instabilidade institucional, a unidade reclama atitudes ousadas, de largo descortínio, despidas de preconceitos e sectarismos. Um desafio aos partidos de base popular e às lideranças de expressão nacional. Os deputados Miguel Arraes e Waldir Pires, democratas e nacionalistas provados, poderão ser peças importantes no alargamento da oposição dentro e fora do Congresso.

Nestas circunstâncias, impõe-se a articulação de um consistente e representativo movimento nacional de oposição, a congregar par-

CDM  
Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Góes  
Presidente do PCdoB em Pernambuco e  
membro da direção nacional

## Voto contra Maluf cresce em S. Paulo

O apoio dos partidos de esquerda ao candidato do PMDB, Luiz Antônio Fleury, e o seu crescimento nas pesquisas eleitorais — já estando sete pontos à frente de Maluf — mostram que é possível derrotar o candidato de Collor e filhote da ditadura militar em São Paulo.

No dia 11 de novembro ocorreu um encontro entre o candidato do PMDB ao governo de São Paulo, Luiz Antônio Fleury Filho, e os dirigentes do PCdoB, PSB e PCB. "Um encontro proveitoso, onde Fleury manifestou grande interesse no apoio das forças

que se opõem ao projeto direitista de Fernando Collor", opinou Olival Freire, presidente do PCdoB paulista.

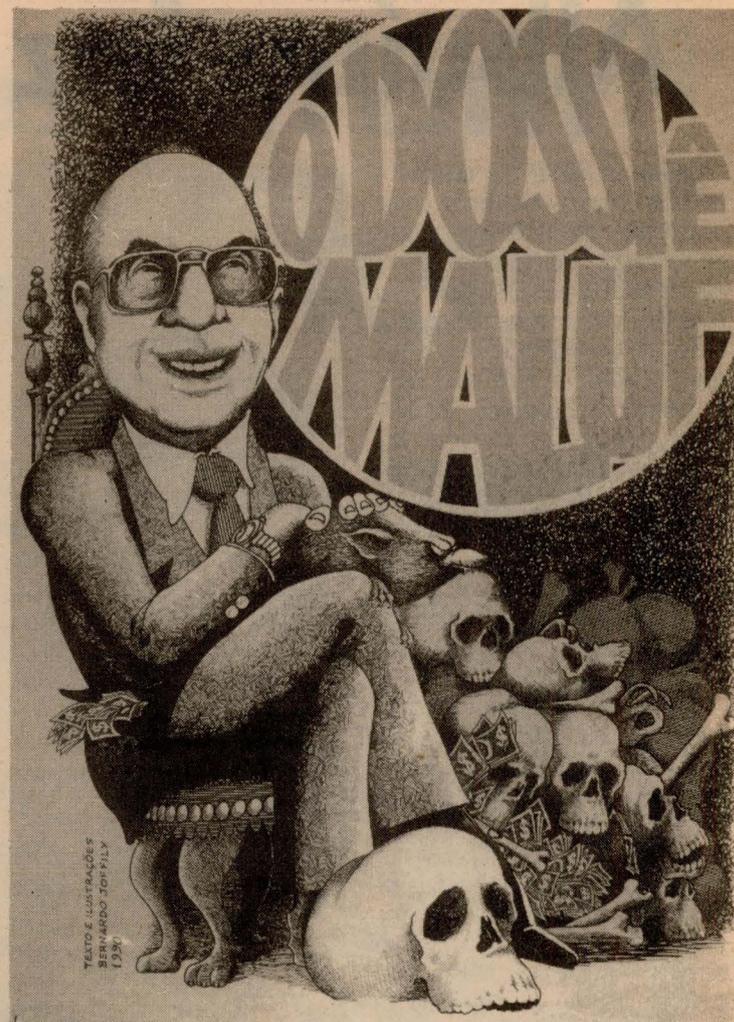
Do encontro participaram o candidato a vice-governador da chapa União Democrática Popular, João Hermann, e o deputado estadual Gilson Menezes, ambos do PSB, dirigentes do PCB e os vereadores Vital Nolasco e Aldo Rebelo (recém-eleito deputado federal), do PCdoB, e Jamil Murad, deputado estadual pelo PCdoB. Com isso, apenas o PT, da União Democrática Popular, ficou isolado com a pregação do voto nulo no segundo turno. A UJS, UBES e UNE tam-

bém se incorporaram na campanha anti-Maluf, produzindo cartazes, folhetos e colagens.

"Nosso apoio a Fleury não inclui nenhum tipo de negociação, como participação no governo", disse Aldo Rebelo.

### Ação independente

No dia seguinte, na sede do PCdoB, reuniram-se representantes do PCdoB, PSB, PCB, PDT e PV — estes dois últimos também emitiram nota apoiando Fleury no segundo turno — e do movimento *Maluf Nunca Mais*, liderado pela vereadora Irede Cardoso. Na reunião, foi aprovado o documento "O voto pela democracia" (veja quadro) e a realização de um "Ato pela democracia" do dia 19, na Câmara Municipal de São Paulo. Airton Soares, do PDT paulista, defendeu o voto em Fleury como uma necessidade para derrotar os planos antipopulares e antinacionais de Collor e derrotar o candidato collarido, Maluf, em São Paulo. (Carlos Pompe)



## O voto pela Democracia

Os olhos da Nação brasileira voltam-se mais uma vez para São Paulo. É aqui, neste segundo turno eleitoral, que se trava a principal batalha contra o conservadorismo de ontem e de hoje, contra as forças reacionárias e saudosistas agrupadas em torno da candidatura de Paulo Maluf. E, por isso, as forças que lutam para construir um Brasil moderno, soberano, democrático e voltado para a justiça social não podem omitir-se e tudo devem fazer para que o nosso Estado se transforme em um pólo de resistência democrática.

Nós — que no primeiro turno apresentamos nossas propostas com candidaturas distintas e que reconhecemos as eleições em dois turnos como uma conquista da democracia — entendemos que o momento é de união de todos no voto anti-Maluf. Isto significa votar e buscar eleger Fleury Filho, do PMDB, governador do Estado de São Paulo.

Maluf é a expressão concentrada do que de pior existiu durante a ditadura militar. E, sem conseguir ocultar sua vocação autoritária, é, hoje, o ponta de lança dos que desejam impor uma revisão constitucional conservadora, objetivando anular importantes conquistas dos trabalhadores e da Nação conseguidas durante o processo constituinte. Repre-

sentada, ainda, os interesses daqueles que, a pretexto de estancar o processo inflacionário, executam uma política de recessão, desemprego e arrocho salarial, aprofundando ainda mais a crise econômica em que vive o País.

São Paulo terá que colocar-se contra tais planos. E a candidatura de Fleury, bem como seu governo, terá que assumir claramente compromissos com a defesa da democracia, fortalecimento das instituições, respeito à liberdade de manifestação e direitos da cidadania, combater a recessão com a retomada dos investimentos no setor produtivo e atendimento social. Terá que manter um relacionamento sem discriminação com as prefeituras, independentemente dos partidos que as governam.

Apoiamos a candidatura Fleury sem prejuízos da manutenção da nossa identidade política e partidária, sem qualquer condicionamento de participação no futuro governo. Acreditamos que, na defesa da democracia, devemos nos unir para que se torne realidade o anseio de "Maluf, nunca mais".

São Paulo, 11 de novembro de 1990

PCdoB, PSB, PCB, PDT, PV

## Movimento anti-Costa em MG

Ricardo Medeiros



O Encontro Estadual do PCdoB mineiro decidiu apoiar Hélio Garcia sem comprometer a independência do Partido

## Debate cancelado

Causou indignação na opinião pública o cancelamento do debate entre os candidatos ao governo de São Paulo, Fleury Filho e Paulo Maluf, programado para o último domingo, dia 18. O debate estava sendo considerado como o mais importante evento da campanha do segundo turno, pelo acirramento da disputa e pela proximidade com o dia do pleito.

O motivo do cancelamento traz à tona os prejuízos causados ao direito da cidadania à informação pelo monopólio dos meios de comunicação das grandes redes. A Rede Globo condicionou sua participação no "pool" de emissoras à suspensão ou ao adiamento do horário eleitoral gratuito da noite de domingo, o que não foi aceito pela TV Record. Com a desistência da Globo e da Record, por efeito dominó retiraram-se do "pool" também as redes Manchete e Bandeirantes.

Um desrespeito aos cidadãos, um desserviço à democracia.

A posição do PCdoB no segundo turno da eleição para governador em Minas Gerais foi definida num Encontro Estadual realizado dia 4 de novembro na Câmara Municipal de Belo Horizonte.

Precedido por intensas reuniões das organizações de bases, diretórios distritais e municipais, o Encontro contou com a presença de 97 delegados, sendo 69 de cidades do interior.

O Encontro Estadual do PCdoB rejeitou a tese do voto nulo e branco, pois no entendimento da maioria dos delegados é um voto inefi-

caz e que não contribui para o avanço político do povo" e decidiu organizar, junto com outros partidos democráticos e de esquerda, a Frente anti-Hélio Costa, candidato do Planalto no Estado.

Depois de muitos debates, firmou-se o entendimento de que para conseguir derrotar o representante de Collor é necessário votar em Hélio Garcia, apesar de não ser este um candidato do movimento popular. Ao mesmo tempo, os comunistas mineiros afirmaram que o PCdoB não tem nenhum compromisso com o governo que

sair vencedor nas urnas e que seu campo de atuação situa-se num projeto de comitês populares e democráticos, juntamente com outras forças interessadas na construção de uma nova sociedade.

No dia 12 de novembro foi lançado o Movimento anti-Hélio Costa, num ato político realizado na Assembleia Legislativa, com a participação de representantes do PCdoB, PDT, PSB, PCB, setores do PSDB e personalidades de destaque na vida política do Estado: como o senador peessedebista Edmar do Vale Machado. (da surcusal)

# Albuíno faz campanha popular

Clóves Geraldo\*

Samuel Vieira

Depois de figurar nos noticiários nacionais como o estado do crime organizado e dos assassinatos brutais de lideranças sindicais pelos latifundiários da UDR, o Espírito Santo vem ocupando os horários nobres dos meios de comunicação com a sua maior novidade: o candidato da Frente Democrática Capixaba, Albuíno Azevedo, embora o destaque seja mais centrado nos números das pesquisas que o indicam com folgados índices superiores a 50%, enquanto seu adversário, o líder de Collor no Senado, José Ignácio Ferreira, perde terreno. Mas outros dados devem ser destacados.

O surgimento de Albuíno vem na esteira do crescimento de um setor da burguesia industrial média, nascida no bojo dos grandes projetos econômicos implantados no Estado ainda nos anos 60, e que ganhou espaço com o governo Max Mauro. E justamente num momento em que perde terreno o maior produto do Espírito Santo, o café. As lideranças que se sustentavam pelos votos do meio rural e de seus aliados na área metropolitana de Vitória, viram seu projeto de permanência no rastro do projeto entreguista de Collor naufragar.

Representados pelo senador Gerson Camata e seu grupo e mais alguns empresários rurais da Federação da Agricultura e da Federação das Indústrias, essas lideranças não tiveram base de sustentação suficiente para evitar a derrota de José Ignácio no primeiro turno, quando este teve 27% dos votos contra 34% de Albuíno Azevedo. A população capixaba não aceita a liquidação das estatais, como a Companhia Vale do Rio Doce, a Companhia Siderúrgica de Tubarão e outras, como Escelsa e Teles, dos setores de energia e telecomunicações, maiores empregadores junto com o Estado. E resolveu dizer não à política de desemprego, inflação e arrocho salarial do governo Collor.

## Votar no "negão"

Mas outro dado fundamental para a ascensão de Albuíno Azevedo tem sido a identidade com os segmentos negros da população capixaba. Muitos chegam a dizer: "vou votar no negão, porque ele é negão igual a mim". Para um Estado onde as colônias italiana e alemã são muito influentes, a identificação é reveladora. O próprio Albuíno Azevedo, em entrevista ao "Jornal do Brasil", afirma que sofreu discriminação na Escola Militar das Agulhas Negras.

A questão racial, porém, não tem sido destacada nos programas eleitorais, conquanto seja sentida no meio dos moradores dos morros e man-



Nas ruas de Vitória o crescimento de uma candidatura que o povo abraçou

gues. O que vem polarizando e atraindo a atenção do povo é a posição de Albuíno frente ao governo Collor. No debate de mais de três horas que fez, no dia 8 de novembro, no auditório do Centro de Ciências Econômicas e Jurídicas da Universidade Federal do Espírito Santo-UFES, ele encerrou sua intervenção falando: "sou pelo desenvolvimento, e acho que é isso que a população está querendo, porque sou contra a política de recessão, de desemprego e arrocho salarial do governo Collor".

O debate organizado para a apresentação da proposta de governo da Frente Democrática Capixaba acabou virando uma sábatina do candidato Albuíno Azevedo, ex-professor de engenharia da UFES, que terminou também fazendo uma radiografia econômico-social do Espírito Santo. Centrou sua exposição no que entende como desenvolvimento: "O Estado tem de parar de ser o exportador de divisas e ainda não receber um centavo de imposto das grandes indústrias aqui instaladas. Temos de deixar também de ter aqui indústrias que só produzem material bruto, como a celulose. A saída é produzir os elaborados, transformar a celulose em papel e assim criar emprego".

E discorreu em profundidade sobre o projeto de expansão industrial e geração de empregos, evitando des-

ta forma o inchamento das cidades. Na agricultura, ele aposta na mecanização, na eletrificação e no fim da monocultura, hoje centrada em culturas como o café, a cana-de-açúcar e o cacau. Uma das metas é destinar logo no início de sua gestão Cr\$ 850 milhões para financiar a produção de pequenos produtores rurais. E sobretudo continuar a política de assentamentos iniciada pelo governador Max Mauro. Este item provocou a ira dos empresários rurais em debate na Federação da Agricultura, com alguns se retirando da plenária.

## Propostas sociais

Mas também no campo social Albuíno Azevedo pretende seguir na linha oposta à atual. Vai implantar os CIEPs, adaptados à realidade capixaba. E aumentar o investimento na educação para 32%, reduzindo o analfabetismo para 8%. "É uma meta possível e não ilusória", explica. Na saúde, onde há grandes deficiências, a saída é construir hospitais. No campo do consumo, ele pretende criar os trabalhadores de baixa renda. Sua visão de uma administração voltada para o social encontra uma área esquecida pelo governo Collor. Segundo Albuíno Azevedo, a opção é financiar, de acordo com a possibilidade de pagamento do trabalhador, a aquisição de material de construção para

estancar o déficit de 250 mil moradias no Estado.

## Nos braços do povo

Estas idéias expostas durante a campanha mostram a diferença do projeto da Frente Democrática Capixaba em relação ao do candidato de Collor, José Ignácio, que trocou toda a assessoria, colocando o comando de sua campanha nas mãos do senador Gerson Camata, para evitar a aceleração da queda livre em que se encontra a sua candidatura. No início da campanha do segundo turno, ele inventou o chamado "Dossiê da Corrupção" para melhorar nas pesquisas. Publicou extratos na imprensa, entregou três pastas volumosas ao TRE, mas isto não evitou seu descrédito frente à população.

O resultado é que no início do mês ele andou pelos corredores da TV Gazeta, a "Globo capixaba", solitário, sem um assessor sequer a seu lado. Muitas vezes deixou a campanha para permanecer em Brasília. Ele vinha adotando este procedimento desde o início da campanha, quando tinha 41% de aceitação nas pesquisas contra 4% de Albuíno; seu vice, o deputado federal e latifundiário Pedro Ceolin, aos poucos se afasta da campanha e vai cuidar de seus negócios na Bahia. E para muitos empresários

que o apoiavam, ele perdeu o gás e por consequência a eleição.

Depois de assegurar que manteria o "nível da campanha nos meios de comunicação", ele voltou às acusações costumeiras. É a tática do desespero, como muitas lideranças asseguraram. Ao invés de propostas, "baixaria". Mesmo a tentativa de Collor ajudá-lo injetando dinheiro nas prefeituras minguou. O ministro da Educação Carlos Chiarelli desembarcou dia 9 último em Vitória com cheques no valor de Cr\$ 850 milhões para entregar aos prefeitos que apóiam sua candidatura, junto a minguados recursos para o governo do Estado, para disfarçar a interferência na sucessão estadual. O ato no Palácio Anchieta, sede do governo, virou uma correria em torno dos dois candidatos à sucessão de Max Mauro e o brilho de José Ignácio se diluiu.

Muitos asseguram que José Ignácio mantém sua candidatura apenas para não renunciar e acabar de vez com a sua carreira política. Isto tem trazido dividendos para Albuíno Azevedo, que ganha ainda mais a simpatia do eleitorado. Em comício realizado no bairro Santa Martha, periferia de Vitória, ele chegou carregado nos ombros da massa. A eleição, entretanto, só é no dia 25 de novembro e muitas coisas devem ser trocadas até esse dia.

\*correspondente no Espírito Santo

# Progressistas esperam vitória ampla no RS

Adriana Morell \*

Aurecêbio Pereira

A campanha da Frente Progressista Gaúcha alcança a etapa de campanha de massas. Não há mais tempo a perder. Os comícios se repetem pelo interior do Estado, e no último final de semana uma grande carreato aconteceu em Porto Alegre. A propaganda de rádio e televisão pega fogo. O candidato das elites e do governo Collor, Nelson Marchezan, deixa cair sua máscara e apela para as novelas melodramáticas. Parece até mesmo que a investida dos seus primeiros programas era no sentido de incentivar o voto do desespero — nulo ou branco. Mas a Frente Progressista Gaúcha se desdobra para regatar a politização da campanha. O mote é deixar amplamente identificado o candidato da União por um Novo Rio Grande com o berço em que deitou e rolou: a ditadura militar, e a cama que ele prepara para o Estado, junto com Collor de Mello.

A polarização da campanha num primeiro momento deixou as forças políticas de esquerda à vontade para definirem formalmente o seu apoio a Collares. Agora a campanha ganha as ruas. Chegou a vez dos comícios, do contato corpo-a-corpo, e da amarração dos votos nos locais de estudo, trabalho ou moradia. Tudo isso porque não basta eleger Alceu Collares. As forças progressistas devem dar um banho de votos no candidato da direita.

A ampla vitória de Collares vai colocar uma grande pedra no sapato dos setores que apoiaram o governo de Collor de Mello. Também vai intimidar a execução das medidas econômicas desse governo.

## Chega de exportar colonos

A deputada estadual eleita do PCdoB, Jussara Cony, acompanhou o candidato ao governo da FPG na sua visita a um dos setores efervescentes das classes populares no Rio Grande do Sul. A comitiva da Frente visitou no dia seis deste mês a agrovila implantada pelos camponeses na Fazenda Annoni (marco da luta dos sem-terras), no município de Sarandi. Lá, Collares afirmou aos agricultores que "chega de exportar colonos para os outros Estados. No meu governo, fa-

remos tudo para conseguir assentar os agricultores sem propriedade. E o exemplo será este cooperativismo que vocês implantaram aqui".

A Fazenda Annoni é uma propriedade de oito mil hectares, desapropriada em 1972 pelo governo estadual. Mas só foi efetivamente destinada à reforma agrária 13 anos mais tarde, depois de muita luta do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra.

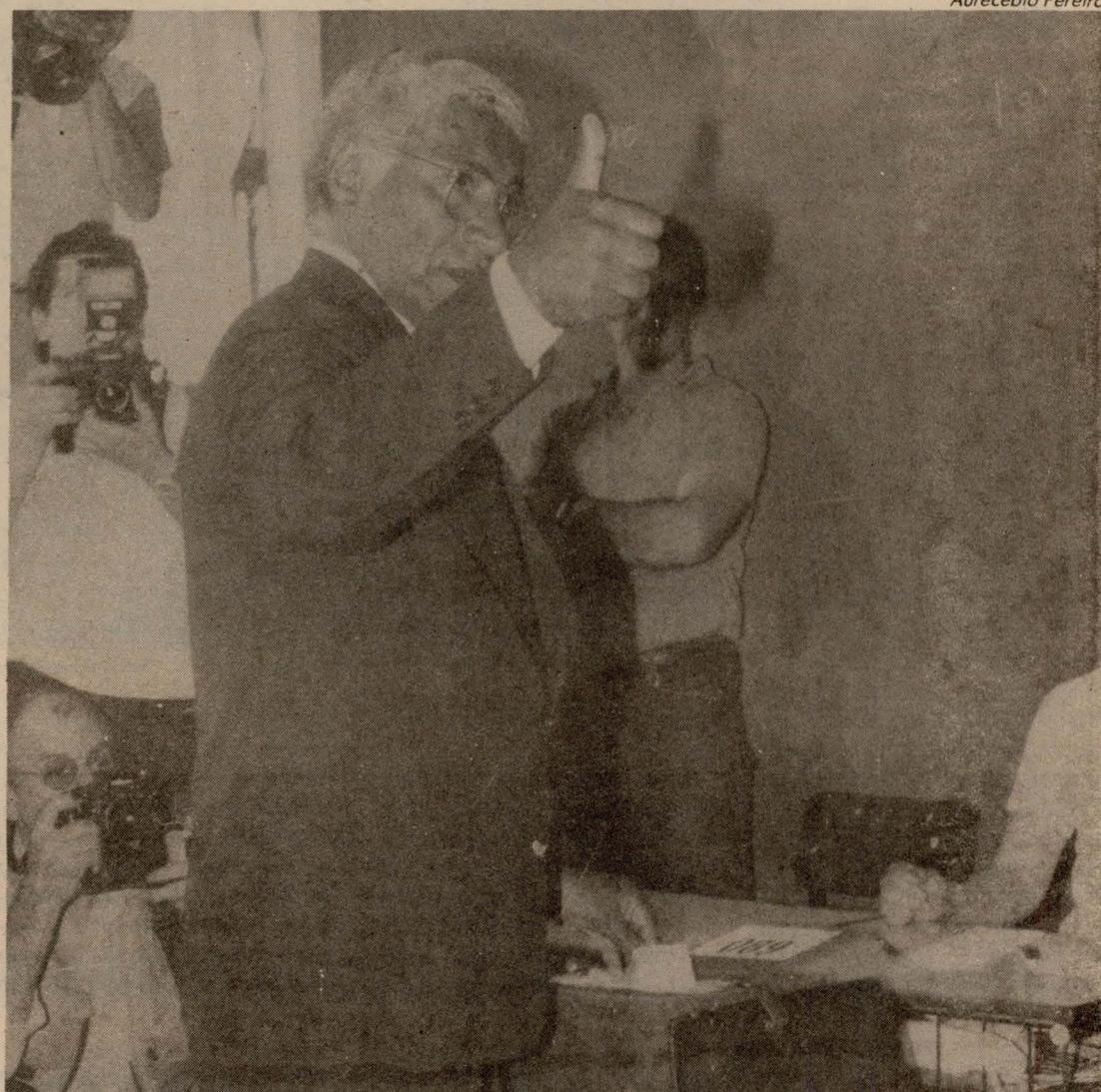
À reunião com a FPG compareceram cerca de 50 pessoas, entre elas vários prefeitos da região. Collares lembrou que, nos últimos anos, mais de dois milhões de agricultores rio-grandenses foram tentar a sorte em outros Estados. Ele foi firme: "se vocês me ajudarem, isso não vai mais acontecer. Vou divulgar essa cooperativa dos sem-terra, essa horta que vocês estão plantando bem no coração da região do trigo e da soja. Mostraremos que esse assentamento pode ser um exemplo para toda a América Latina". Ele prometeu consultar os trabalhadores para definir o rumo da sua política agrícola e se dispôs a conquistar os recursos para novos assentamentos.

Depois de um almoço caseiro, Collares se dirigiu à Câmara de Vereadores de Sarandi, onde recebeu o apoio de lideranças do PMDB e PT.

## De olho na tevê

O baixo nível da campanha eleitoral da União Por Um Novo Rio Grande no horário eleitoral gratuito já rendeu três direitos de resposta ao candidato Alceu Collares. Marchezan aprendeu direitinho as lições dos estúdios da Rede Globo e do mestre Collor de Mello. Por isso, arrumou a sua Miriam Cordeiro. A exploração que o candidato promove com algumas declarações da ex-esposa de Alceu Collares (sobre a sua vida pessoal) são agora a pauta dos programas de rádio e tevê da União por aquele Rio Grande.

A venda dos terrenos da prefeitura caiu no vazio. Foi preciso mudar a tática, com golpes baixos. Mas o eleitorado já identifica, conforme expressa inclusive em pesquisas divulgadas pela imprensa, que esse tipo de cam-



Collares está a um passo da Vitória

panha apenas reedita o estilo Collor de Mello. Está difícil enganar a população com apelos emocionais.

A Frente Progressista Gaúcha enfrentou a tentativa da direita de estimular os votos nulos e brancos. Agora enfrenta os depoimentos da ex-esposa de Collares, Dona Antônia, com uma fórmula bastante simples: a politização. Jussara Cony, que é uma das coordenadoras do Comitê de Mulheres da FPG, contribuiu com a gravação de um programa sobre a utilização que os setores da direita fazem da mulher. De um lado enfeitam a campanha, tornando-as candidatas que apelam para o voto do eleitorado feminino, e de outro, exploram a condição de ex-companheiras decepcionadas e que quase sempre conseguem um bom pagamento (vide Miriam Cordeiro no seu atual apart-hotel em São Paulo).

\*correspondente no Rio Grande do Sul

## Acusação infundada

Desde o início da campanha ao governo do Estado do Rio Grande do Sul, a venda de seis terrenos do município durante a administração de Alceu Collares serviu para que os concorrentes fizessem gato e sapato do assunto. Mas, no dia 31 de outubro, as denúncias foram julgadas no Tribunal de Contas do Estado. Por quatro votos a três, o TCE absolveu Alceu Collares. Houve a conclusão de que não há provas da participação de Collares no negócio, que onerou em 41 milhões de cruzeiros o cofre da prefeitura. O vídeo à venda a preços inferiores aos

praticados no mercado. O TCE considerou que por isso não poderia julgar o ex-prefeito de Porto Alegre.

O prefeito atual Olívio Dutra tem agora 30 dias para apurar as responsabilidades da venda junto ao Tribunal. Durante o julgamento, o conselheiro Marcelo Tostes afirmou que Collares não ordenou a venda dos terrenos da avenida Loureiro da Silva. Ele afirmou que "não há nos autos o mínimo elemento que permita concluir pela participação do doutor Alceu Collares nos atos em questão".

CDM  
Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois (A.M.)

# Governo começa a ficar isolado

Wilson Pedrosa/AE

"Sou um general sem tropas e o Congresso é uma tropa sem generais". A frase, dita pessoalmente pelo ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, ao presidente Collor de Mello, mais que um ato falho de saudosismo dos tempos da caserna e do regime militar, quando tudo se resolvia por "ordem unida", representa o desabafo daquele que, ungido à posição de coordenador político do governo, não consegue aprovar seus projetos no Legislativo.

## Derrotas

Na semana passada, o governo amargou quatro derrotas sucessivas no esforço concentrado feito pelo Congresso para se posicionar sobre matérias tão importantes como, por exemplo, o veto presidencial à Lei de Benefícios da Previdência, cuja votação final foi de 264 votos contra e apenas 41 a favor. Foi tamanho o impacto provocado por essas derrotas no Palácio do Planalto que o presidente reagiu em tom ameaçador: "nesse presidente da República ninguém coloca uma canga", afirmou no lançamento de um programa habitacional do governo na cidade satélite e de Samambaia, no Distrito Federal.

Mas a reação do governo não se limitou às declarações bombásticas do presidente. Logo após os resultados desfavoráveis no Congresso, o Planalto iniciou, através de seu ministro Passarinho, manobras de bastidores visando trocar as lideranças dos partidos governistas, sobretudo do PDS, PFL e PTB, rebeladas em função de não verem atendidas algumas de suas postulações fisiológicas. O ministro da Justiça chegou a diagnosticar a gravidade da situação confienciando ao líder do PDS, deputado Amaral Neto, que se o regime fosse



O ministro da Justiça desabafa: "Sou um general sem tropas"... "Se o regime fosse parlamentarista o governo já teria caído"

parlamentarista o governo já teria caído.

Mas como vivemos sob regime presidencialista, salta às vistas a gravidade das declarações do ministro, mormente se se considera que o governo tem apenas oito meses de empossado. Nos corredores do Congresso já se começa a falar em "efeito Jânio", numa alusão aos atritos do ex-presi-

dente com o Legislativo que tiveram como desfecho a renúncia do chefe de governo.

Por isso, Collor está apostando numa articulação política com o novo Congresso eleito a 3 de outubro, o que implica escolher novas lideranças para os partidos governistas e garantir a presidência da Câmara e do Senado. Com esse objetivo, o estado

maior do Planalto trabalha com três hipóteses: fusão partidária (a união de PFL e PDS resultaria na formação de um grande partido de direita); a formalização de um bloco suprapartidário com liderança única e a continuação do bloco governista informal existente hoje. Esta última hipótese não é desejável para o governo, pois a experiência vivida até aqui mostra

que qualquer desentendimento com uma das lideranças do bloco informal pode levar o governo a ser derrotado em votações importantes. Por outro lado, a fusão partidária é uma operação muito complicada, inclusive por que os cardeais do PFL e do PDS já pensam na sucessão presidencial enquanto que a formalização e um bloco suprapartidário implicaria a extinção das lideranças formais de todos os partidos que apóiam o governo para dar lugar a uma só.

## Isolamento

As essas dificuldades soma-se o malogro do "pacto social" que sequer consegue motivar seus "participantes" a se reunirem, as ameaças de "fritura" da ministra Zélia Cardoso de Mello em razão do fracasso do Plano Collor e os sucessivos quiprocós com setores do empresariado. São sinais evidentes de crise política e do isolamento governamental (Ver matéria ao lado sobre a ruptura do líder do governo na Câmara, Renan Calheiros).

Num momento como este, a palavra está com a oposição. Integrada por uma bancada razoável de mais de cem deputados e contando em suas fileiras com personalidades de destaque da vida nacional como Miguel Arraes, Waldir Pires e outros democratas e nacionalistas, ela tem o dever de se articular, formar um bloco poderoso, atrair setores do centro e transformar a próxima legislatura numa trincheira de luta a serviço dos interesses do povo brasileiro. (José do Carmo, correspondente em Brasília)

## Líder do governo renuncia

Gilberto Alves

O líder do governo na Câmara dos Deputados e candidato do PRN ao governo de Alagoas, deputado Renan Calheiros, rompeu com o presidente Fernando Collor. Ele comunicou sua decisão ao presidente na última sexta-feira, dia 16, através de uma carta de 35 linhas e tornou-a pública durante entrevista coletiva de mais de duas horas em sua residência no Lago Sul de Brasília.

Renan, que durante muito tempo foi considerado o principal auxiliar político de Collor, um dos responsáveis pelo lançamento de sua candidatura à Presidência da República, desligou-se do governo fazendo graves acusações de corrupção, mordomias, imoralidade e tecendo duras críticas ao estilo de governo de Collor.

Dizendo que "se enganou", o deputado alagoano considera que o presidente ficou "longe da sociedade e dos compromissos de campanha". Justificou sua ruptura afirmando que acreditava que Collor "jamais teria práticas

incompatíveis com o discurso e nunca transigiria em momento algum com violências contra a dignidade nacional".

Renan, que participou de todas as decisões importantes do governo Collor e era membro do círculo íntimo do presidente, acusou-o de omissão política e o responsabilizou pela "escalada de imoralidade". Chegou a dizer que o governo pratica mordomias, "só que agora privatizadas" e criticou "a badalação que tomou conta da República com setores do governo se excedendo em festas".

Segundo o líder demissionário, a estabilidade democrática está ameaçada, o governo encontra-se isolado, pois o presidente da República "é um primata em política". Depois de relatar as dificuldades que teve como líder na Câmara para negociar apoio aos projetos do governo, Calheiros disse que o presidente se recusava ao diálogo e bombardeou: "o arauto da moder-



Renan Calheiros denunciou corrupção, mordomias e escalada de imoralidade no governo

nidade não entende de política, sobretudo de política no Congresso".

Por fim, o ex-líder do governo Collor acusou o presidente de omissão diante

da maior fraude da história eleitoral brasileira — a eleição para governador no Estado de Alagoas, onde houve falcatruas da ordem de 90 milhões de dó-

lares, por obra do então ministro do governo Collor, o empresário Paulo César Faria, que segundo Calheiros "é o autor do crime". (J.C. de Brasília)

CDM  
Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois

# Haroldo contesta proposta de Freire

Em discurso alusivo à passagem do 73º aniversário da Revolução Russa, pronunciado na Câmara Federal, dia 7 de novembro, o deputado Roberto Freire, do PCB, propôs a fusão dos partidos de esquerda numa nova agremiação, partindo do pressuposto de que o marxismo-leninismo se exauriu. No dia seguinte, o líder do PC do B, deputado Haroldo Lima, contestou afirmando que o socialismo é "o ideal dos povos e o futuro da humanidade". Eis a íntegra do discurso do representante do PC do B.

O deputado Roberto Freire, líder do Partido Comunista Brasileiro, em discurso realizado ontem, no Grande Expediente, apresentou uma proposta para ser debatida pelos diversos segmentos da esquerda brasileira. Por isso nós, os comunistas do PC do B, nos sentimos convocados pelo discurso do deputado a manifestar publicamente nossas opiniões a respeito de suas teses e propostas.

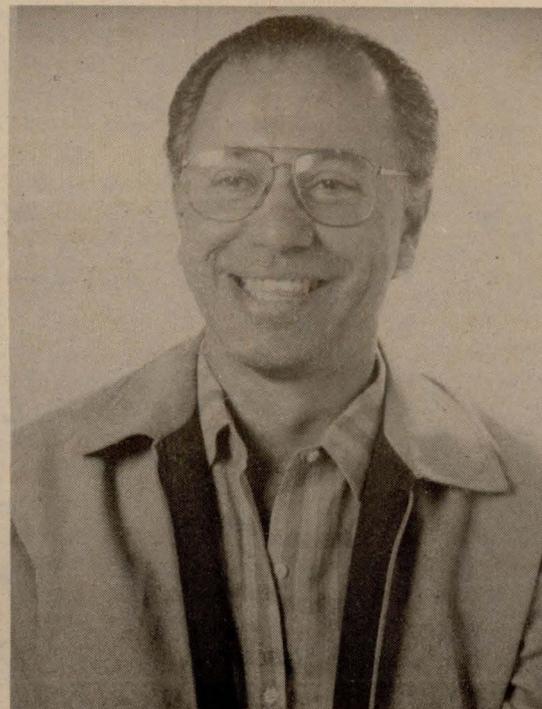
Em seu longo pronunciamento, o deputado Roberto Freire tece comentários a respeito de diversos problemas políticos e ideológicos do Brasil e do mundo, aborda questões doutrinárias e filosóficas e analisa a experiência da construção do socialismo nos países do Leste europeu. Não é nossa intenção fazer uma apreciação minuciosa de todas as questões polêmicas suscitadas pelo deputado pernambucano, o que demandaria um espaço maior do que este que temos à disposição. Entretanto, queremos fixar nossa opinião, convocados que fomos, a respeito de quatro questões básicas que constituem, no nosso entendimento, o núcleo do seu pronunciamento de ontem.

A primeira questão diz respeito ao caráter das mudanças ocorridas nos países do Leste da Europa. O deputado Roberto Freire afirma em seu discurso que essas mudanças foram "... rápidas, não previstas e imprevisíveis".

Nós, do PC do B, não concordamos com essas afirmações. Desde o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em 1956, que o nosso Partido alerta o movimento comunista internacional que se adotava na pátria de Lênin um processo de mudanças que levaria à restauração do capitalismo e à derrocada do regime socialista. E não estávamos sozinhos nessa previsão. Naquela oportunidade, outros Partidos Comunistas, como o Chinês e o Partido do Trabalho da Albânia, tinham a mesma opinião. Tanto isso é verdade que nos afastamos completamente da União Soviética e dos demais países do Leste europeu, criticando o caminho revisionista que adotavam e condenando atitudes como, por exemplo, a invasão da Tchecoslováquia e



O deputado Roberto Freire disse "adeus às armas"



Haroldo Lima, do PCdoB reafirmou a luta pelo socialismo

do Afeganistão pela União Soviética e, mais recentemente, a ocupação militar do Azerbaijão e da Armênia. O PC do B é, talvez, o único partido do Brasil que, durante todos esses anos, jamais aceitou convites para visitas oficiais aos países pretensamente socialistas, exatamente por entender que ali não havia nenhum socialismo a ser visitado.

Igualmente não podemos concordar com a afirmação do deputado Roberto Freire de que "com a derrocada de alguns regimes do Leste europeu, as forças conservadoras e seus principais ideólogos apressaram-se em apregoar o fim do socialismo". Nós, revolucionários, fiéis aos ensinamentos de Marx e Engels e intérpretes da experiência de Lênin, declaramos há muito tempo que o socialismo desapareceu nesses países. Sustentamos nossa opinião quase sozinhos e durante muitos anos, de que ali havia capitalismo sob direção social-democrata. Atualmente, nem mesmo os dirigentes desses partidos declaram-se marxistas ou socialistas.

Outra questão sobre a qual queremos manifestar nossa opinião é relativa ao "novo socialismo" apregoado pelo deputado Roberto Freire. Ele afirma em seu discurso: "... não podemos visualizar o socialismo como algo só passível de construção quando em graves crises ou nos estertores do capitalismo. Queremos também construir-lo já e agora, através da implementação de um projeto político reformador e capaz de plasmar e projetar o futuro socialista no presente". Com isso, o deputado se afasta totalmente da tradição marxista de encarar o socialismo como um

sucedâneo do capitalismo agonizante e passa a pregar a hipótese de construção do socialismo nos marcos do próprio regime capitalista.

Santa ingenuidade! Esse "novo socialismo" é, mais ou menos, o que pode existir em países mais avançados, como, por exemplo, a Suécia. Mas é um exagero afirmar que um regime como esse possa ser considerado socialista. Essa postura nada difere da proposta social-democrata de reforma do capitalismo. Isso porque não implica a socialização dos meios de produção, característica básica e central do regime socialista.

No bojo dessa análise social-democrata, o deputado Roberto Freire chega mesmo a negar a histórica dicotomia entre reforma e revolução. Na opinião do PC do B, o socialismo é basicamente a socialização dos meios de produção, não podendo ser alcançado senão pela crise do capitalismo. Não consideramos, portanto, "uma velha e inútil discussão" a separação entre reforma e revolução. Para nós, reforma é o aperfeiçoamento do capitalismo, mantendo a sua característica básica que é a acumulação de capital, a exploração do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção. Já revolução é o processo que a História tem registrado como o capaz de resultar em mudanças substanciais nas classes e nas sociedades.

O deputado Roberto Freire, no entanto, vai mais longe ainda nas suas afirmações. Eposando a teoria da "modernidade", tão em moda nas rodas intelectuais social-democratas, ele afirma em seu pronuncia-

mento que "o marxismo-leninismo exauriu-se e, como tal, deve ser superado por uma nova cultura, e por novas concepções extraídas da rica herança teórico-política do movimento socialista e da nova realidade existente no mundo". Em nossa opinião, essa afirmação é falsa. O marxismo-leninismo não é um dogma. É um guia para a ação. Uma teoria e um método que arma os revolucionários para interpretar a realidade viva e concreta e dar base para formulações criadoras no terreno político e econômico. Por isso não se esgota, ao contrário, se desenvolve.

O PC do B considera que a experiência histórica de construção do socialismo tem que ser analisada em profundidade para aprimorar e aplicar os acertos, adequados a cada realidade, e corrigir os erros e distorções. Isso não significa, no entanto, que o marxismo-leninismo, enquanto teoria científica e método de organização partidária, está exaurido. Implica, isso sim, levar à prática a idéia de Lênin, segundo a qual "a análise concreta da situação concreta é a alma viva do marxismo".

Finalmente, o deputado Roberto Freire manifesta em seu discurso a esperança da criação de "um retemperado e novo partido", estabelece as características desse "novo" Partido e faz propostas para a sua construção. Entre as características que esse "novo" Partido não teria está o que o deputado Roberto Freire, ironicamente, chamou de "papel evangelizador, de levar a consciência de fora para dentro". Da expressão "... consciência de fora para dentro", foi cunhada por Lênin, quando

em seu famoso livro "Que Fazer?" observou que a consciência científica não foi produzida nas condições de trabalho e de opressão da classe operária e dos demais trabalhadores, mas sim na investigação científica e intelectual, razão pela qual Lênin, figurativamente, observou a necessidade de se levar essa consciência de "fora" para "dentro" da classe operária. É esta a tarefa do partido revolucionário, prevista por Lênin, e ironicamente chamada de "papel evangelizador" pelo deputado Roberto Freire.

O PCdoB considera que cabe a um Partido verdadeiramente comunista lutar pela elevação do nível de consciência das massas oprimidas, levando para essas massas, abandonadas e analfabetas, a consciência científica de seus problemas e, conseqüentemente, das causas de sua exploração e do caminho mais eficaz para superá-las.

Finalmente, o deputado Roberto Freire convida "uma Constituinte da qual participariam comunistas e socialistas, marxistas ou não", de onde poderia surgir ou não "um novo partido, uma nova plataforma programática, um novo nome e um novo símbolo". Essa hipótese, de se encaminhar um processo do qual venha a surgir um novo partido que aglutine todas as forças de esquerda e que resulte na diluição do PCdoB dentro dessa "moderna" geléia-geral é, para nós, inaceitável. O PCdoB, após 68 anos de vida e de lutas em defesa da democracia e da liberdade, da soberania nacional e do socialismo, considera que representa um segmento importante da sociedade brasileira e da classe operária, que luta e defende a construção de um Brasil socialista. Nós não nos furtaremos a buscar, coletivamente com outras forças progressistas, mecanismos não para fazer um partido único, eclético e contraditório, mas sim para a construção de uma frente política, popular, progressista e de esquerda, capaz de encontrar, acima de suas divergências teóricas, ideológicas e programáticas, o caminho para a superação dos graves problemas políticos, econômicos e sociais vividos pelo nosso povo. Uma frente política capaz de defender e preservar a soberania nacional e de construir um Brasil livre, democrático, soberano, socialmente justo, em direção ao socialismo que, temos a convicção resolva, ainda é o ideal dos povos e o futuro da humanidade.

Finalmente, com respeito e honestidade, queremos dizer que o discurso do deputado Roberto Freire nos fez lembrar o grande escritor americano, Prêmio Nobel de Literatura, Joseph Conrad, que em um dos seus mais belos livros, o título de "Adeus às Armas" ...

# O amargo caminho da rendição

Antonio Martins\*

**O embaixador Jório Dauster inicia esta semana, com os credores externos, uma nova rodada de negociações sobre a dívida externa. É, porém, uma novela infame, cujo resultado — o recuo inglório do Brasil, em múltiplas frentes — já foi anunciado pelo presidente Collor, em sua visita ao Japão.**

O embaixador Jório Dauster é tido por todos que o conhecem como um homem de formação intelectual ampla e refinada. Ele integra há décadas o grupo de membros mais destacados da diplomacia brasileira, que goza de prestígio internacional incontestado graças à excelência e ao rigor que observa na preparação de seus quadros. Sabe-se ainda que aos conhecimentos adquiridos nos cursos do Itamaraty Dauster acrescentou uma vasta cultura literária. Nas horas vagas, comenta-se, ele se dedica ao ofício de *tradutor*, que exerce igualmente com raro brilhantismo.

Não se sabe, porém, se o embaixador será capaz de extrair do riquíssimo repertório de informações que acumulou ao longo de uma vida que já não se poderia chamar de breve algo que sirva de conforto à sua própria consciência, que será posta à prova insistentemente nas próximas semanas. O ofício e os papéis políticos assumidos por Dauster o obrigaram a desempenhar, a partir desta segunda-feira, 19/11, uma missão ingrata. Caberá a ele oficializar junto aos credores externos do país a *rendição* do governo Collor na batalha fugaz que travou contra eles por uma renegociação em novos termos da dívida externa brasileira. A situação política delicada em que se equilibra o governo exigirá, porém, que a capitulação não seja comunicada de chofre, mas que se arraste num processo novelesco de idas e vindas, de avanços e recuos, de declarações e desmentidos. A não ser pelo surgimento, improvável, de algum fato extraordinário será, porém, um filme cujo final se conhece de antemão, o que torna particularmente penosa a missão de Dauster.

## "Não há possibilidade de modificarmos a proposta" bravateou Zélia no Senado

Vários motivos concorrem para que se deva chamar de *rendição* a postura adotada nos últimos dias pelo governo brasileiro. Fiel a seu discurso cujas palavras-chave são "modernidade" e "progresso", o presidente e seus assessores empenharam-se em apresentar a proposta que fizeram aos credores, dia 11 de outubro, em Nova York, como exemplo de posição independente. "Não há possibilidade de modificarmos a nossa proposta baseada no princípio básico de não fazermos pagamentos inflacionários. Esta é a decisão soberana de um governo eleito pelo povo", declarou a ministra Zélia ao relatar, em festejada sessão do Senado, dia 23/10, o que havia sido exposto aos bancos estrangeiros. A proposta "é uma revolução de



Dauster começa dia 19 a encenar um filme cujo final se conhece de antemão

Copérnico", garantira Dauster à imprensa dias antes.

Impedido por seus compromissos políticos de promover uma autêntica modernização na economia brasileira, que exigiria a *ruptura* de estruturas sociais retrógradas, o governo alçou a bandeira branca pouco mais de um mês após o início da batalha. "Repudiamos o confronto, que seria estéril, e assumimos uma postura flexível", anunciou em 14/11, ainda no Japão, o presidente Collor.

## Tecnicamente ousado, o plano submetia-se porém às concepções políticas dos banqueiros

Como notou este jornal, solitariamente na imprensa brasileira, em sua edição nº 53, a proposta de renegociação apresentada pelos negociadores brasileiros em 11/10 estava desde o início marcada por uma contradição que a poria por terra. Ela equivalia a um reescalonamento *tecnicamente ousado* da dívida externa com os bancos particulares. Durante quatro anos, e portanto até o final do governo Collor, o pagamento de juros a estes credores se reduziria dos atuais 6 bilhões de dólares ao ano para valores entre 1 e 2 bilhões de dólares anuais. Esta queda estava baseada num conceito novo, o de "capacidade de pagamento". Ao menos na retórica oficial, o país só remetaria aos banqueiros um volume de recursos que não comprometesse nem seu crescimento econômico nem o esforço para conter a inflação.

Este aparente atrevimento contrastava, contudo, com a postura *política* adotada em todos os momentos da negociação pelas autoridades do governo. Por acreditarem que o desenvolvimento do país será alcançado através de sua inserção plena no am-

## Apoiando-se nos compromissos assumidos pelo governo, credores bombardearam a proposta

biente "renovado" do capitalismo internacional, de sua "ascensão ao primeiro mundo", os negociadores brasileiros fizeram questão de frisar sua própria submissão a três "leis de ouro" da comunidade financeira mundial. Disseram que o país *reconhecia integralmente* a dívida, e a pagaria sem sequer pleitear as reduções reivindicadas por outros devedores; concordaram em pagar por esta dívida os *juros fixados unilateralmente pelos credores*; e garantiram que não declararíamos o país "insolvente", expediente que abre brechas para adiar de forma indefinida os pagamentos.

Limitada por três compromissos, a própria ousadia *técnica* da proposta cairia por terra, como ficou evidente através de dados fornecidos pela ministra Zélia em sua palestra aos senadores. Eles mostram que, apesar da redução inicial dos desembolsos aos credores ao longo dos próximos 30 anos o Brasil pagaria um total de *300 bilhões* de dólares por uma dívida que não chega a US\$ 60 bilhões... e

continuará devendo. O pior para o governo Collor, porém, é que os credores iriam se basear nos compromissos assumidos pelos negociadores brasileiros para destruir os alicerces e para pôr por terra, em poucas semanas, sua proposta de reescalonamento dos débitos.

A primeira reação do Comitê Assessor da Dívida — um organismo que reúne os principais bancos credores e que negocia em nome próprio e dos demais — à proposta brasileira havia sido o silêncio e a discreção. Em 11/10, ao deixar a reunião em que Jório Dauster e Antonio Kandir apresentaram ao Comitê a proposta original do governo brasileiro, o banqueiro Willian Rhodes, vice-presidente do Citibank, foi inquirido pelos repórteres a respeito de sua opinião sobre o que acabara de ouvir. Rhodes titubeou por longos segundos, e depois respondeu: "nenhuma, por enquanto". Os demais banqueiros do Comitê Assessor agiram de modo semelhante.

## "Vamos machucá-los", disse o chefe da missão enviada pelo Comitê Assessor da Dívida

Era como se tivessem anunciado: "esperem, e verão". Em poucos dias os credores desfecharam uma série de pressões que visavam atingir a proposta brasileira em seu ponto mais vulnerável: a insistência em manter um "relacionamento de alto nível com a comunidade financeira mundial". 22/10 os credores enviaram a Brasília

uma "missão técnica", que tinha por tarefa examinar as contas nacionais do país, e "verificar" se as alegações do governo a respeito da diminuição de sua "capacidade de pagamento" eram justas. Sintomaticamente, designaram para chefiar a delegação o banqueiro Lawrence Brainard, que já estivera no Brasil em março, e que então declarou, a respeito de nossas relações com os credores: "não há nada que o Brasil possa fazer para nos machucar, mas existe muita coisa que podemos fazer para machucar vocês".

## Crédito à exportação cortado, empréstimos do Banco Mundial subitamente suspensos

Sintomaticamente, o governo brasileiro começou a sentir os sinais da "machucadura" durante a visita de Brainard e sua missão. Em 23/10, o titular da Coordenadoria de Intercâmbio Comercial — CIC — do governo, Maurício de Souza Assis, comunicou à imprensa que o saldo da balança comercial em setembro tinha ficado muito aquém do previsto. Ele registrara um superávit de apenas 700 milhões de dólares, *31% menos* que no mês anterior. E uma das causas básicas, reconheceu Assis, era o corte das linhas de *crédito de curto prazo*, que financiam as exportações e estavam sendo progressivamente desativadas pelos credores.

A queda das exportações é absolutamente indesejável no contexto de uma política econômica que tem entre seus pilares uma "maior abertura" ao mercado externo, e em que a inflação é atacada através de um arrocho brutal do consumo. As vendas externas são, neste quadro, a única válvula capaz de impedir uma redução dramática da atividade produtiva, e as conseqüências sociais e políticas que se seguem a ela. Estrangular as linhas de crédito à exportação foi, por isso mesmo, um objetivo perseguido pelos bancos antes mesmo da apresentação oficial da proposta brasileira de renegociação dos débitos. Após 11 de outubro, o Comitê Assessor apertou com mais vigor o torniquete, e além disso procurou atingir o país em um segundo calcanhar-de-aquiles.

Em 3 de novembro a imprensa brasileira disse haver apurado junto a "fontes ligadas ao Comitê Assessor da Dívida" que os bancos credores passariam a pressionar os seus respectivos governos, e organismos multilaterais de crédito como o FMI e o Banco Mundial (BIRD) para que suspendessem a liberação de empréstimos já contratados pelo Brasil. A ação se desenvolveu de forma tão escancarada que no dia 10 o jornal "O Estado de São Paulo" publicou uma reportagem que "o presidente de um dos bancos

americanos credores" havia feito contato direto com o vice-presidente dos EUA, Dan Quayle; e que o objetivo do encontro fora pedir que Quayle pressionasse pessoalmente o presidente Collor de Mello, pela modificação da proposta brasileira, no encontro que ambos teriam dias depois em Tóquio, durante as cerimônias de entronização do imperador japonês Akihito.

Para a economia "collorida" a interrupção do recebimento dos créditos provenientes de governos estrangeiros e agências multilaterais é mais ou menos tão devastadora quanto o archo das linhas de curto prazo. E isso porque estes empréstimos não se destinam a viabilizar investimentos no país. Eles sequer *chegam* ao país. Visam simplesmente compor *operações contábeis*, através das quais o Brasil "paga" com dólares "recebidos" de certos credores dívidas antigas devidas a estes mesmos credores. Se os dólares parassem de chegar, portanto, o governo, que faz questão de *manter em dia* os pagamentos ao FMI, ao BIRD e aos governos reunidos no "Clube de Paris", se veria obrigado a desfalar as reservas internacionais de divisas do país, para não ficar inadimplente.

Os objetivos perseguidos pelo Comitê Assessor da Dívida ao desencadear sua escalada de pressões, bem como a tática empregada pelo organismo, ficariam meridianamente claros a partir dos dias 31/10 e 1/11, quando o cartel dos credores se reuniu para discutir a contraproposta a ser oferecida ao Brasil. Nas reuniões formou-se um consenso, segundo afirmou a "Gazeta Mercantil", contrário a um dos princípios básicos da proposta brasileira, que era o de *não pagar* os juros atrasados, e de manter a suspensão da remessa de juros aos credores *privados* enquanto não fosse firmado um "acordo global" sobre a dívida externa — enquanto não se encontrasse uma "solução definitiva" para o problema, para usar uma expressão insistentemente repetida pela ministra Zélia e por seus principais assessores.

### A tática dos banqueiros: exigir atrasados antes de negociar conjunto da dívida

Em 7/11 o embaixador Jório Dauster desembarcou em Nova York para ouvir a contraproposta dos credores ao plano exposto pelo governo brasileiro em 10 de outubro. Suas reuniões com o Comitê Assessor da Dívida se prolongaram por três dias, ao longo dos quais ele se manteve absolutamente lacônico a respeito do que ouvia. Em 9/11, finalmente, a imprensa brasileira teve acesso à posição dos banqueiros, procurou conferir sua autenticidade junto ao embaixador e ouviu, na forma de um "não desminto", a confirmação.

Se o governo brasileiro estivesse disposto a assumir uma posição de independência frente aos problemas

da dívida, ou mesmo a sustentar sua posição inicial, o presidente Collor deveria ter ordenado a Jório Dauster que encerrasse a reunião com os credores tão logo tomou conhecimento da proposta apresentada por eles. Porque ela é a antítese perfeita de todo o conteúdo "técnico" da proposta levada pelo Brasil aos banqueiros em 11 de outubro. O ato de discuti-la em detalhes, por três dias, equivale por si só a um primeiro recuo em relação à proposta original.

### Se Collor sustentasse a soberania, teria mandado Dauster deixar a reunião

O governo brasileiro afirmou rempitoriamente, durante várias semanas, que não faria qualquer pagamento até o final de 1990; garantiu que mesmo em 91 só saldaria 20% dos débitos em atraso; e, mais importante que tudo, jurou não pagar os "atrasados" enquanto não firmasse um acordo global com os bancos privados. Como se quisessem humilhar publicamente o interlocutor, os credores fizeram questão de contrariar um por um estes três "princípios". *Recusaram-se* a discutir com Dauster qualquer proposta de reescalonamento global da dívida. Deixaram claro que apresentariam uma contraproposta referente apenas aos *juros atrasados*, e que a renegociação "duradora" estava condicionada a um acerto *prévio* sobre os mesmos. Para completar, propuseram uma fórmula para atualização dos débitos que confronta por completo com os parâmetros da "capacidade de pagamento" alegados pelo governo brasileiro. Segundo esta proposta, 30% dos juros vencidos (aproximadamente 2,6 bilhões de dólares) serão pagos ainda em 1990; e os 70% restantes serão quitados num prazo de cinco anos, correndo sobre eles juros de mercado *mais* 1% de "taxa de risco".

A humilhação a que foi submetido Jório Dauster só não é maior que aquela a que o próprio Presidente

foi exposto ao longo de três dias, em Tóquio, durante os festejos de entronização do imperador japonês. Chefe de Estado de uma nação soberana. Collor ouviu, não obstante, duas *descomposturas*, ambas aplicadas por *subalternos* de governos estrangeiros.

### O presidente vai a Tóquio, e é humilhado seguidamente por funcionários estrangeiros

Em 12/11, o vice-presidente americano Dan Quayle advertiu-o que corriam entre os banqueiros dos Estados Unidos "rumores" dando conta que a proposta brasileira de renegociação da dívida era "pouco séria". Pouco mais tarde, na mesma data, foi a vez de um funcionário da administração japonesa — Kabun Muto, ministro da Indústria e Comércio Internacionais — bater na mesma tecla, com o agravante de ter feito ameaças. Se o Brasil não der rápida solução ao problema dos juros atrasados, disse ele, não fará jus a 1,5 bilhões de dólares de empréstimos japoneses, prometidos durante o governo Sarney e até agora não liberados devido ao "mau comportamento" do país destinatário.

As reprimendas de Quayle e de Muto tinham um sentido muito concreto, segundo declarou à "Gazeta Mercantil" um banqueiro ligado às negociações com o país. Elas visavam levar Collor a declinar *pessoalmente* uma posição a respeito da dívida externa ("interessa-nos a posição do presidente, não a dos negociadores", teria declarado esta fonte); e era preciso que, ao pronunciar-se, Collor sinalizasse alguma mudança de postura em relação à atitude de seus liderados.

Entre 12 a 14/11, ainda no Japão, o Presidente deu não apenas uma, mas *duas* demonstrações seguidas de que compreendia o recado, e de que se dispunha a obedecê-lo. No dia 13 ele compareceu à *Keidanren*, a poderosa federação das indústrias e dos bancos japoneses, para comunicar, como se viu acima, que decidira assumir postura "flexível" em relação à

dívida. "Não temos qualquer atitude de prevenção em relação aos credores... o governo brasileiro tem o espírito aberto e construtivo", chegou a dizer, como se fosse necessário explicar ainda mais sua nova posição.

Dois dias antes, contudo, Collor já dera um primeiro sinal concreto da mudança. Em 12/11 ele comunicou-se no Brasil com Jório Dauster, que se preparava para embarcar com destino a Nova York, onde apresentaria aos credores uma nova contraproposta, que havia sido combinada dias antes com a ministra Zélia e seus principais assessores, e lhe ordenou que cancelasse a viagem. A nova posição brasileira, advertiu, só seria adotada após seu regresso ao Brasil, que ocorreria dia 15.

Os jornais informam que Collor reuniu-se com sua equipe econômica poucas horas depois de desembarcar em Brasília, dispensando até mesmo o necessário descanso após o vôo de cerca de 30 horas. Sugerem também que tal sacrifício deve ser creditado menos à compulsão do presidente em dar seguidas provas de vigor atlético que à necessidade de unificar o quanto antes a posição do governo em relação à dívida externa.

### Collor ouve a reprimenda, e em seguida promete que doravante vai obedecer

No encontro, destacou a "Gazeta Mercantil", "o tom de flexibilização foi transmitido pelo presidente", que comandou uma longa série de recuos à proposta tida até aquele momento como oficial. O primeiro deles, correspondia sintomaticamente a *abandonar* a posição de não pagar atrasados este ano, atendendo ao que fora exigido em Nova York e em Tóquio nos dias anteriores.

Mas a retirada não ficava por aí, ela era completa. No dia 18, o jornal "O Estado de S. Paulo" explicou que na prática o governo havia cedido inteiramente à posição expressa pelos credores, que exigem negociar neste

primeiro momento apenas os atrasados, e só após liquidado este ponto se dispõem a conversar sobre a "solução definitiva" tantas vezes anunciada pela ministra Zélia. Os negociadores brasileiros, explicou "O Estado", pedirão, em contrapartida a um pagamento expressivo de juros vencidos, "um acordo contendo os principais itens de uma ampla renegociação da dívida externa". É evidente que pedir que se definam "os principais itens" de um acordo significa admitir que a assinatura definitiva do compromisso será postergada para *um segundo momento*.

### Logo ao descer do avião, ordem para cumprir à risca o que os credores exigiram

Por fim, explicaram ainda os participantes da reunião com Collor, até mesmo a proposta inicial brasileira para esta segunda negociação será "flexibilizada". O governo pretende oferecer "mais alternativas aos credores", com prazos mais curtos de vencimento, para os três tipos de papéis novos que serão usados para substituir os títulos da dívida brasileira possuídos atualmente pelos credores.

Ainda no dia 18, e agora instruído por Collor sobre a "nova" maneira de tratar com os credores, Jório Dauster rumou para Nova York, para mais uma bateria de conversações. Comenta-se que nos encontros anteriores ocorreu um incidente digno de nota. Os credores, certamente movidos por seu reconhecido senso de igualdade e por seu tradicional apego aos ritos de relacionamento entre as nações, queixaram-se da insistência do embaixador em se dirigir a eles em seu idioma pátrio, fazendo-se entender por meio de um intérprete apesar de seu reconhecido domínio sobre o inglês. Consideraram arrogante a atitude do diplomata.

Destá vez certamente não haverá incidentes. Em português ou em qualquer outro idioma, Dauster falará a língua dos credores.



Collor reúne-se com Zélia e equipe econômica, horas após regressar do Japão: ordem de capitular



**CDM**

Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois

# Latifúndio massacrado no M. Grosso

**A chacina bárbara de uma família inteira de posseiros revela o norte de Mato Grosso como novo foco de crimes dos proprietários de terra.**

O crime ocorreu em Terra Nova do Norte (MT) no dia 15 de outubro, por volta das 17 horas, e foi descoberto no dia seguinte pelo esposo, pai, irmão e tio das vítimas. "Seo" Manoel Pedro vinha da cidade, onde fora fazer compras. Ao deixar a condução na cabeceira de seu sítio, a dois mil metros de distância do barraco, ouviu o ladrar do cachorro que veio ao seu encontro, pulando e uivando, como se quisesse comunicar ao dono o ocorrido. Tudo isso deixou "seo" Manoel temeroso de que algo muito grave tivesse acontecido. Pouco adiante viu o calção vermelho da filha Francieni, e intuiu que algo de terrível havia se passado durante sua ausência, porém não chegou a imaginar o que seus olhos viriam poucos metros adiante: o corpo inerte de sua filha, com a cabeça decepada. Depois de se recuperar do choque (ele afirma ter perdido os sentidos) foi encontrando os outros corpos: o da esposa, Creuza Cardoso de Oliveira, do irmão, José Pedro Martins de Souza, e do sobrinho (filho de José Pedro), Raimundo Ferreira de Souza.

**O camponês Walter Pintor foi ao local da chacina, e quase terminou assassinado**

Chocado com tamanha crueldade, sem saber o que fazer, depois de chorar bastante saiu à estrada, onde encontrou o companheiro Walter Pintor, que tinha sido baleado na tarde daquele mesmo dia 16, quando se dirigia ao local do crime após tomar conhecimento da chacina. Os corpos mutilados foram removidos dia 18, pela manhã, permanecendo o resto do dia no pátio da igreja católica da localidade, sendo depois sepultados com presença de grande multidão, revoltada e estarecida. A cabeça de Francieni foi encontrada 15 dias depois, quando várias pessoas foram buscar os pertences dos mortos que haviam ficado no barraco. A cabeça estava partida ao meio, com um corte feito por facão, e estava sem a orelha direita.

Localizada no extremo norte de Mato Grosso, próxima à Serra do Cachimbo, a região de Terra Nova do Norte tem sido marcada, desde o início do ano, por uma sucessão impressionante de crimes hediondos, e pela desenvoltura e impunidade ainda mais notáveis com que agem os assassinos. Cerca de 52 famílias habitam a Gleba União, e outras 200 fixaram-se na Gleba Pingo D'Água, ambas localizadas no município. Compostas de terras pertencentes à União, as duas áreas passaram a ser alvo do ataque feroz de fazendeiros que possuem terras próximas a elas. Para forçar os posseiros a abandonarem suas



Raimundo, José Pedro, Creuza e a menina Francieni, os quatro chacinados. A cabeça de Francieni foi encontrada a um quilômetro de distância. Mais um sinal de que a luta de classes está acabando no Brasil...

lavouras, os latifundiários optaram por instaurar em Terra Nova um clima de violência brutal e de terror.

Em 26 de abril a escalada criminosa teve início, na Gleba União. O posseiro Raimundo Pinheiro de Farias saiu ileso de um atentado a bala, praticado na presença de 5 outros lavradores. Não se sabe quem foi o mandante. Acredita-se que o ato é de responsabilidade de Clemente de Almeida Souza Neto e Orestes Belmonte Barros.

**Fazendeiros querem se apoderar de terras públicas, ondem vivem 250 famílias**

Poucos dias depois, em 3 de maio, ocorreu uma investida contra os posseiros da Gleba Pingo D'Água, que confronta com a Gleba União e as fazendas Pingo D'Água e Santa Madalena. A Polícia Civil de Terra Nova e um grupo de jagunços queimaram vários barracos com todos os pertences dos posseiros, e saquearam os que não foram queimados, como represália à morte de um jagunço, encontrado morto dias antes.

No dia 14 de maio, o povo de Peixo-

to de Azevedo (município vizinho) e de Terra Nova fez manifestação denunciando os fatos e a arbitrariedade da polícia civil. Enquanto o povo se reunia em Terra Nova, jagunços armados ameaçavam o posseiro Raimundo Alves da Silva e sua família na Gleba União. Na ocasião o fazendeiro Clemente de Almeida Souza Neto, conhecido por "Quelê", mandou um trator destruir as plantações de vários posseiros. No dia 30 de junho, Raimundo de Souza sofreu mais uma ameaça de morte, feita pelo filho do fazendeiro Jaime Vieira, apelidado de "Jaiminho".

**Enquanto o povo fazia protesto, jagunços jogaram trator sobre as plantações**

Como os posseiros, apesar das ameaças e atentados sofridos, continuassem na área, os fazendeiros se reuniram no final de julho para aceitar um plano para "limpar a área" e a melhor forma de atacar os posseiros. Participaram do encontro Orestes Belmonte Barros, Clemente de Almeida Souza Neto, Jaime Vieira, Paulo

Mineiro e o proprietário conhecido pela alcunha de "O Perigoso".

Os resultados da reunião da quadrilha foram imediatos. Em 1º de agosto, Jaime Vieira, seu filho e pistoleiros atacaram posseiros por volta das 10 horas da manhã, expulsando de suas posses, ao som de bala, "Raimundo Peixeiro" e mais 7 camponeses.

**Reunião de 4 latifundiários decreta clima de terror total em Terra Nova do Norte**

Uma semana exatamente depois, novo atentado, outra vez cometido por Jaime Vieira, "Jaiminho" e seus jagunços. Eles ameaçaram e afugentaram os posseiros conhecidos por Edvaldo, Francisco dos Santos, Francisco Velho e Gonçalo. Esfregaram na cara de Edvaldo um papel, o qual, na palavra dos pistoleiros, era o documento do juiz autorizando-os a matá-lo, caso não saíssem da terra.

Em 3 de setembro, novamente Jaime, "Jaiminho" e mais dois pistoleiros atacaram e mataram o posseiro Elío Martins, cortaram-lhe a orelha di-

reita e a levaram. O corpo de Elío foi encontrado na manhã do dia 4.

Finalmente, a onda de violência e terror culminou, no dia 15 de outubro, com a chacina dos familiares de Manoel Pedro, por volta das 17 horas. Pistoleiros provavelmente a mando de Clemente de Almeida Souza Neto atacaram, prenderam, torturaram e mataram os dois posseiros, a mulher e a filha de Manoel, com os requintes de crueldade descritos atrás. Para desfazer os sinais de tortura, queimaram de leve os cadáveres, e os levaram 100 metros além do local do crime. No ponto onde foi cometido o massacre ficaram as marcas de sangue e os sinais de fogo. A cabeça da menina Francieni foi atirada a 1.000 metros de distância.

O clima vivido pelos moradores das glebas União e Pingo D'Água é cada vez mais de horror e intranquilidade. O sr. Gumercindo, presidente do Partido dos Trabalhadores e posseiro nas imediações de Pingo D'Água, atesta que mais de 10 vizinhos da posse, de um ano para cá, foram assassinados: "Paraná", "Negão Mineiro", Freitas, José Barbosa, Elío Martins, "Maranhão", "Velho Crente", João da Silva e outros. O agente da funerária de Peixoto de Azevedo afirma que, em média, 10 caixões por semana são usados para sepultar gente assassinada, em sua maioria garimpeiros e lavradores. Em Terra Nova do Norte, o coveiro do cemitério local afirma que pelo menos 3 enterros por semana são de pessoas assassinadas.

**Autoridades são coniventes, e a polícia participa das ações dos criminosos**

De acordo com o Coordenador Estadual da Comissão Pastoral da Terra — CPT —, José Grassi, o principal responsável por tais conflitos "é a inoperância dos órgãos federais e estaduais para resolver problemas de posse de terra. No Estado há mais de 250 áreas de conflito à espera de solução concreta. Essa inoperância acirra os conflitos, e os mais atingidos são os trabalhadores rurais, posseiros, garimpeiros e despossuídos em geral. Eles são explorados, torturados e massacrados pelos gananciosos do capital, que se mantêm imunes ao longo de todo o processo". Segundo José Grassi, a irresponsabilidade das autoridades chega a tal ponto que "seriam necessários 4 Mato Grossos para comportar todos os títulos de terras que estão voando pelo Estado".

Outro fato inaceitável é que até agora as autoridades do Estado praticamente nada fizeram para prender e punir os assassinos e mandantes destes e de outros crimes hediondos cometidos contra posseiros e trabalhadores rurais da sucursal da Classe em Cuiabá e da Comissão Pastoral da Terra em Mato Grosso).

# CONSCIÊNCIA SOCIALISTA "Aristocratas" de esquerda levam pito

Rogério Lustosa\*

Aprender nem sempre é coisa fácil. Às vezes é necessário um pito, para alertar os mais "cabecudos" de seu afastamento da realidade. O que se segue é exemplar: "Quando se vivia sob o regime que se caracterizava pela falta de liberdade de manifestação, pelo estrangulamento dos partidos políticos, pelo cerceamento dos candidatos e do próprio exercício dos mandatos, a expressão do inconformismo com aquele estado de coisas podia derivar para a anulação do voto ou o lançamento de uma anticandidatura, como fez o velho MDB. Eram formas de evidenciar que não se compactuava com a farsa".

### Não... ao povo?

"Mas o panorama mudou, até por causa desse tipo de protesto (...) Como justificar, dentro desse quadro, a campanha de anulação do voto? Em primeiro lugar, parece um protesto contra os eleitores: já que o povo não soube escolher o melhor (que era o nosso candidato), não nos sentimos obrigados a seguir a vontade manifestada nas urnas".

"Além disso, é um repúdio à própria essência do voto. Ele somente serviria como votos da democracia na medida em que se conformasse à nossa vontade. Como o candidato de nossa preferência foi aliado do pleito, o sufrágio perderia razão de ser."

### Acima de todos?

"Sob esse aspecto, a campanha pela anulação do voto apresenta conotações aristocráticas no melhor estilo medieval. Para não se misturarem com o povo, com os eleitores que insistem em escolher integrantes do poder sem fazer caso de suas douradas opiniões, os nobres decidem não participar do processo".

Tudo isso, inclusive o vexaminoso flagrante das tendências elitistas, é da lavra do empresário e senador peemedebista Severo Gomes, na sua coluna de 11 de novembro, na "Folha de S. Paulo".

É claro que é preciso dar um desconto. Nem sempre o povo consegue expressar sua vontade através do voto, pela interferência do poder econômico, a informação deformada pelos meios de comunicação, etc. Mas é assim o jogo dito democrático sob o regime capitalista — tanto no primeiro como no segundo turno. E foram sobretudo as forças progressistas que batalharam pelos dois turnos, exatamente para evitar parte dos vícios das eleições burguesas, que levaram, por exemplo, Jânio Quadros à prefeitura de São Paulo, com cerca de 37% dos votos apenas.

No ano passado, com as mesmas "maracutaias", Lula e Collor foram para o segundo turno. E os eleitores, compreendendo o processo, quase conseguiram derrotar o candidato das oligarquias. Lula passou de 11,6 milhões de votos para 31 milhões, do primeiro para o segundo turno.

### Diferença sutil

Houve alguma alteração no pleito deste ano em relação ao de 89? Houve mudança nas regras do primeiro para o segundo turno? Não, a diferença básica é que no ano passado — assim como ocorreu agora no Acre e no Amapá — um dos candidatos do segundo turno é do agrado dos "nobres".

Urge portanto aprender, até mesmo com lições dadas por um professor saído das classes dominantes, que política não se faz com vontades. É uma luta pelo poder, com os instrumentos que a realidade coloca. É preciso ver, em cada situação, aquilo que, embora pequeno, ajuda os oprimidos a elevarem o seu nível de organização e de consciência e conquistarem espaço, rumo às grandes batalhas para mudar o mundo. Fora disto, o radicalismo de boca pode resultar em conciliação na prática.

\*Da direção Nacional do PCdoB

# A experiência vivida pelos comunistas no Ceará durante a campanha eleitoral aponta exemplos dos avanços e debilidades da atuação do Partido

Carlos Augusto Diógenes\*

A avaliação do nosso desempenho na batalha eleitoral deste ano deve ser buscada visando extrair lições. Processo riquíssimo de massas, de meses e meses de embate, revela a capacidade de mobilização da militância, bem como evidência as lacunas, debilidades e deficiências da nossa compreensão política e ação prática. Como o efetivo partidário se portou nesta batalha? Houve envolvimento do grosso de sua militância? Como foi este envolvimento, através de grupos ou da estrutura partidária? São perguntas que devemos responder nas diversas esferas de atuação para que tenhamos uma análise do nosso desempenho.

### Em Fortaleza

Conseguimos realizar uma campanha descentralizada na ação, assumida pelo conjunto de organismos partidários. Feita pela militância no seu local de atuação, junto com a massa do seu relacionamento, com a participação destacada de nossas lideranças sindicais e estudantis. Os universitários atuaram na universidade, os trabalhadores nas empresas, os secundaristas nos colégios etc. Este tipo de campanha possibilitou a realização ao mesmo tempo de várias atividades. E levou a que cada organismo assumisse, com suas qualidades e debilidades, o posto de combate no seu local de atuação, fazendo assim o seu aprendizado e contribuindo de forma mais adequada para a campanha. A nossa estrutura de base por local de trabalho, estudo e moradia, quando bem mobilizada, tem grande potencial de ação.

### Autonomia

A descentralização verificada só foi possível graças à ação de quatro Distritais. Estruturados há cinco anos, contando com núcleos de direção já em processo de consolidação, experiência de direção de bases, relativo conhecimento das características de suas áreas de atuação e com infra-estrutura própria, foi relativamente fácil assumir na prática o comando das ações de campanha nas suas áreas. Transformaram as suas sedes, abertas o dia todo, em locais com afluência de massa (fenômeno iniciado na campanha do Lula). Lá vendiam botons, camisetas, adesivos e materiais partidários. Eram pontos de informação e de distribuição de material de campanha. Lá realizavam atividades culturais, lambadas, bingos, com a participação dos ativistas de campanha e dos moradores da vizinhança. Com a autonomia de ação, os quatro Distritais realizaram plenárias, centenas de



A descentralização da atividade do Partido é o segredo para aumentar a ligação com as massas

reuniões e de arrastões, comícios; arrecadaram finanças, estruturaram nestas eleições a maior e mais combativa boca de urna de Fortaleza e o melhor trabalho de fiscalização na apuração dentre os Partidos da nossa coligação.

A nossa experiência indica que a consolidação de Distritais exige tempo e paciência, muita ajuda política, teórica e ideológica. É um processo de aprendizado de trabalho coletivo, de estruturação de bases, de busca de identidade própria, que não se consegue em pouco tempo. É necessário que sintam que têm autonomia na sua área de atuação para aplicar a política do Partido e mobilizar a estrutura partidária. Com os acertos e erros, vão se firmando como direção intermediária. Insistir neste caminho é a única via para a estruturação e consolidação de dezenas de bases nas grandes cidades.

### Volume

Combinamos a ação descentralizada, que teve como espinha dorsal a estrutura partidária, com determinadas ações centralizadas que envolviam o conjunto da militância e procuravam dar volume à campanha dos nossos candidatos, criando empolgação na militância e na massa. Neste sentido, jogaram destacado papel os arrastões no centro, nas praças, os shows com a participação de artistas populares. Repercutiram na imprensa e deram à militância ânimo, entusiasmo e a sensação de que seria possível eleger nossos candidatos. Descentralização não elimina ações centralizadas, necessárias em todas as campanhas de massa.

Mudamos radicalmente o nosso eixo de atuação de 86 para 90. Naquele ano, a nossa atividade principal era na periferia, nos bairros pobres. Neste, o centro foi mais empreendido (bancos, agências de correios, hospitais, metalúrgicas, gráficas, fábricas de casta-

na, repartições públicas, estatais, universidades, colégios etc.), sem esquecer o trabalho nos bairros populares, nos conjuntos habitacionais. Conseguimos uma adesão razoável de artistas, profissionais liberais, trabalhadores, estudantes, que, com sua ação multiplicadora, davam às nossas candidaturas caráter amplo e de massas.

### Amplitude

Os organismos aplicaram em todos os níveis o princípio de que a campanha é mais ampla do que o Partido. Nos locais de atuação, estruturamos comitês envolvendo além dos militantes, amigos, simpatizantes, ativistas de massa. Em muitos casos, tínhamos a participação de filiados do PT, PSB e PCB. Eram comitês amplos, com caráter suprapartidário e voltados para o trabalho de base. A nossa estrutura de campanha passou a ser alternativa para a atuação organizada de militantes de massa (muitos surgidos na campanha do Lula), que não encontraram espaço noutras candidaturas populares. Coloca-se agora, para as nossas bases partidárias, o desafio de manter este trabalho de aglutinação. Para isto é fundamental que tenham um funcionamento vivo, alegre, inserido nas lutas, transparente para a massa e aberto para a sua participação.

Como debilidades maiores, apontamos o fato de não termos conseguido filiar no curso da campanha eleitoral, como também o pequeno avanço no processo individual de amarração de votos.

Estes avanços no desempenho da estrutura partidária em Fortaleza tornam-se mais significativos quando observamos que foram obtidos no curso de uma campanha adversa para a nossa chapa majoritária. Secretário de Organização do Diretório Regional do PCdoB no Ceará

Ahmed Sobeh: representante diplomático da OLP no Brasil

# Tudo pela independência

Por José Reinaldo Carvalho

**Classe — Nas últimas semanas, os EUA intensificaram seu discurso belicista. Isto significa uma decisão de atacar o Iraque?**

**Ahmed Sobeh —** Os Estados Unidos sempre pensaram na opção militar para resolver a crise no Golfo e, para isso, concentraram muitas tropas e estão convocando mais reservistas. Alguns países, tanto árabes como não árabes, enviaram pequenos contingentes de tropas, simbólicos. Desde o primeiro dia, os Estados Unidos pretendem impor as suas condições na região, que não são precisamente a libertação do Kweit, mas fazer prevalecer os interesses dos Estados Unidos sobre o petróleo e alcançar outros objetivos estratégicos. Um desses objetivos é obstaculizar a unidade europeia, controlando o petróleo onde os países europeus mais dele dependem, submeter o Japão e potências ocidentais que também dependem do petróleo e ao mesmo tempo fazer mudanças significativas na região do Oriente Médio em favor da opção norte-americana. Sobre a visita do secretário de Estado James Baker à região, eu devo lembrar que a administração Bush ainda não tinha enviado nenhuma só vez para a região o seu secretário de Estado, porque desde que Bush tomou posse, aparentemente, o Oriente Médio não era sua prioridade. Ele dava mais importância ao Afeganistão, ao Camboja e aos acordos com a URSS. Deixava o Oriente Médio como a última das prioridades para não encarar o problema central dessa região, que é a ocupação israelense dos territórios palestinos. De tal maneira que a visita do secretário de Estado e a viagem que o próprio Bush fará em 22 de novembro demonstram que os EUA estão jogando todo o seu poderio militar para controlar definitivamente o petróleo. Em suma, a questão não é o Kweit, o Iraque, mas nossa independência ou o novo colonialismo econômico e militar imposto pelos Estados Unidos contra nossos povos. Os Estados Unidos estão elevando a tensão para chegar a um conflito militar que seria incontrolável e cujas perdas atingiriam todas as partes envolvidas.

**Classe — O sr. acredita que ainda há condições de se chegar a uma solução negociada?**

**Ahmed Sobeh —** Desde o primeiro dia a solução pacífica era possível. Ainda é possível, mas para isso é preciso que as outras potências não sigam essa loucura coletiva dos Estados Unidos dentro do Conselho de Segurança da ONU, que controlem mais esse ímpeto militarista dos Estados Unidos. Num momento de convivência internacional, em que se põe fim à guerra fria, as multinacionais norte-americanas precisam de um mercado para continuar vendendo armas. Quando Irã e Iraque estiveram em guerra durante oito anos, não vimos nem a eficácia da ONU nem o interesse dos Estados Unidos para pôr fim à guerra, porque simplesmente vendiam armas. E apostavam na destruição de ambas as partes. Agora os EUA precisam continuar vendendo armas e, para chegar a uma solução negociada e política, é preciso em primeiro lugar deixar que os países árabes resolvam entre si esta crise. Tanto Iraque como Kweit são países árabes, membros da Liga dos Estados Árabes e há projetos de solução árabe para esta crise que garantem segurança e direito para os dois lados envolvidos. Para isso é necessário também a retirada completa das tropas estrangeiras da região e deixar que a Liga dos Estados Árabes resolva isto e que tanto a OLP como a Jordânia e outros países participem dessa negociação.

**Classe — Em que pontos se baseia essa solução árabe?**

**Ahmed Sobeh —** Primeiro, a retirada iraquiana do Kweit. Segundo, eleições no Kweit sob controle de tropas árabes ou do Conselho de Segurança da ONU. Terceiro, uma resolução dos problemas fronteiriços entre Iraque e Kweit, garantindo para o Iraque uma saída para mar. E, quarto, com a realização de eleições livres no Kweit, os dois países negociariam livremente os problemas da dívida e outros. Nosso projeto de

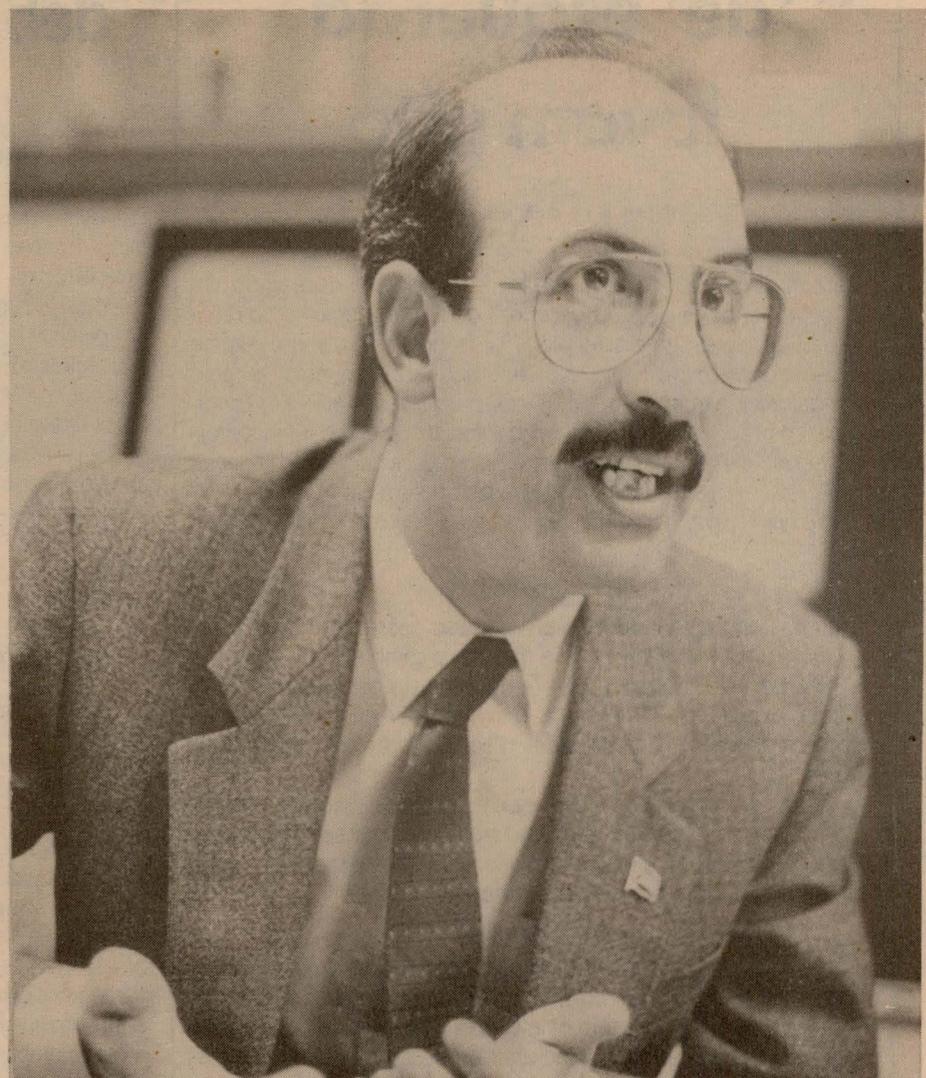
solução árabe, apoiado por outros países árabes, é baseado no propósito de evitar a guerra, porque entendemos que uma guerra provavelmente mudaria os mapas políticos de muitos outros países e não só precisamente do Iraque e do Kweit, mas também de outros países da região. Uma guerra com armas nucleares químicas e biológicas numa região sempre explosiva é incontrolável.

**Classe — Mas tudo isso envolve o posicionamento do Egito, Síria e Arábia Saudita.**

**Ahmed Sobeh —** Os governos desses três países pensavam que essa crise se resolveria rapidamente. Estamos já há mais de cem dias dessa crise. Esses governos apostavam numa solução norte-americana e estavam tentando conseguir lucros rápidos. Egito e Síria enviaram tropas para o Golfo servindo de pretexto para os EUA. Não é possível desculpar os governos desses dois países de serem hoje um instrumento para que os EUA digam que há um confronto entre árabes. Há 20 mil soldados egípcios e quase 20 mil soldados sírios na região. Em caso de confronto militar os EUA deixariam que essas tropas ficassem na primeira linha para que se diga que é um confronto entre os próprios países árabes. Mas os governos desses dois países também serão atingidos pelas desastrosas consequências da guerra. Já o governo da Arábia Saudita, que durante vários anos pretendia uma política supostamente tranqüila, moderada, está hoje sob pressão norte-americana e cometendo muitos erros nesse sentido. Está expulsando palestinos, assim como iemenitas, expulsou diplomatas da Jordânia, fechou o envio de petróleo para a Jordânia, enfim, está fazendo o que nunca fez nos últimos 10 anos em suas relações regionais. Esses governos se caracterizam por uma ausência total de qualquer aspecto democrático e temem mudanças radicais em seus respectivos regimes.

**Classe — Mas parece que a Arábia Saudita e a Síria não estão dispostas a entrar de imediato na guerra, se ela eclidir.**

**Ahmed Sobeh —** Entendo que o governo da Arábia Saudita está muito temeroso de um conflito militar, pois não seriam atingidos objetivos civis e militares na Califórnia, mas o coração da Arábia Saudita. Portanto, as consequências de um conflito bélico seriam desastrosas para a economia da Arábia Saudita. A zona petrolífera da Arábia Saudita está justamente na fronteira e qualquer resposta iraquiana atingiria em primeiro lugar as instalações petrolíferas da Arábia Saudita. Por outro lado, um confronto militar dessa índole sem dúvida nenhuma destruiria todo o Kweit, que supostamente querem libertar, porque ficaria no meio de um confronto militar com muito poder de fogo e destruição. Mas a decisão de colocar as tropas em ação não está nas mãos do governo da Arábia Saudita, do Egito ou da Síria, e, sim, nas mãos do governo dos Estados Unidos. Não acreditamos na soberania desses países no momento em que serviram e servem como instrumento para uma política norte-americana que pretende impor a todos os nossos povos uma dominação nova na ausência de um equilíbrio, como havia antes, entre as duas grandes superpotências. Agora terminou a guerra fria e a União Soviética não exerce qualquer influência na política internacional. Há uma nova ordem mundial que os Estados Unidos pretendem perpetuar que é a ordem baseada em apenas uma superpotência — os próprios Estados Unidos. Estamos muito conscientes na região de que o resultado desse confronto tem uma grande importância para as futuras relações internacionais. Se os norte-americanos conseguirem impor pela força as suas condições numa região tão complexa e problemática como o Oriente Médio, lhes será relativamente mais fácil impor seu domínio em outras regiões do mundo. O que está acontecendo agora é que os povos da Arábia Saudita, Egito e Síria estão cada dia mais resistentes a uma solução militar, porque esta solução



militar atingiria outro país árabe. Logo, esses governos estão temerosos da reação popular em seus respectivos países.

**Classe — Observa-se que há uma certa contradição no comportamento das grandes potências. De um lado, os EUA e a Grã-Bretanha insistem numa política mais belicista e agressiva; de outro lado, Alemanha e Japão defendem a solução negociada. Como sr. explica isso?**

**Ahmed Sobeh —** O Japão depende, em 96% do seu petróleo, do fornecimento do Golfo. Portanto, se o petróleo antes do início do conflito estava cotado a 9, 10, 11 dólares o barril e hoje está a 38 dólares, isso atinge a balança comercial japonesa, o que pode levar esse país à recessão e debilitar seu poderio econômico. A Alemanha está muito envolvida em seu processo de unificação interna e da unificação europeia, em que pretende o papel de liderança. A Alemanha procura canalizar os seus recursos financeiros para esses objetivos e não para custear uma aventura bélica norte-americana. Isso explica as diferenças de posicionamento no campo capitalista. Os Estados Unidos são a única potência militar, mas o poderio econômico está no Japão e na Alemanha. Um dos grandes objetivos dos Estados Unidos é golpear fortemente o poderio econômico dessas duas grandes potências, para prolongar mais ainda o tempo de sua condição de força única nas relações internacionais. A história demonstra que sempre que há uma só grande potência militar há guerras de imposição. Por isso, conquanto fosse um equilíbrio de terror, sempre os equilíbrios entre as potências evitaram grandes desastres. O que acontece agora é que estamos vivendo o que eu chamaria simbolicamente "os cinco minutos históricos, onde os Estados Unidos querem ser a única grande potência. Para isso precisam subjugar, domi-

nar as outras possibilidades ou potencialidades de que surjam outras grandes potências. E realmente os candidatos lógicos para substituir a União Soviética como outra grande potência são os países europeus, por um lado, e os do Pacífico, liderados pelo Japão, por outro lado. E nesta crise os Estados Unidos pretendem golpear também outros candidatos. Se Alemanha e Japão são gigantes econômicos, ainda são anões políticos. Estão pagando um preço econômico pela crise do Golfo, e os Estados Unidos obrigam ambos pela força militar a pagarem os custos da sua aventura bélica. O Japão está pagando 2 bilhões de dólares e a Alemanha quase a mesma quantia para custear as tropas norte-americanas na região. E o que fizeram os Estados Unidos? Fizeram dessa sua aventura militar uma nova multinacional, uma espécie de multinacional militar, onde um país manda trezentos soldados e tem uma ação nessa multinacional do petróleo; outro manda 5 mil soldados e tem cinco ações, como se nosso petróleo não tivesse dono, como se nossos povos não contassem para nada, como se nossa independência nacional não valesse nada, como se os recursos naturais não pertencessem a ninguém. Baseados nisso, os Estados Unidos vão concentrando tropas e prometendo a seus parceiros uma participação no controle do petróleo. Surgem vozes dentro da nova ordem internacional que dizem o seguinte: "O petróleo não é dos povos e dos Estados produtores e exportadores, mas um bem da humanidade. E como bem da humanidade, não vamos deixá-lo nas mãos de Saddam Hussein do Iraque, o petróleo é de todo o mundo". E como esse "todo o mundo" genérico é liderado pelos Estados Unidos, a ele pertence e cabe a ele repartir. Essa nova ordem mundial está registrando na crise do Golfo o primeiro grande teste.

Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois



é ou não é viável essa lógica de força? Terminou o conflito Leste-Oeste e eu diria que esta crise do Golfo é o primeiro grande confronto entre Norte e Sul, entre ricos e pobres.

**Classe — Com o fim da bipolarização entre EUA e URSS, a posição desta última também merece ser analisada. A URSS votou no Conselho de Segurança da ONU a favor de todas as resoluções propostas pelos Estados Unidos e inclusive admite o uso da força militar.**

**Ahmed Sobeh —** Minha opinião nesse sentido não pode ser política, mas analítica. Quanto mais dure a crise, mais benéfica será para a URSS. Dentro de sua perestroika, a URSS estava tentando conseguir dos países ocidentais mais recursos. A unificação alemã foi cobrada. *Cash* — 15 bilhões. Mas esta crise do Golfo, que elevou os preços do petróleo, dá para a URSS uma nova fonte de divisas, em razão do fato de que é a maior produtora de petróleo do mundo. Ainda mais: anteriormente, a URSS fornecia petróleo aos países do Leste europeu a preços subsidiados. Agora vende a preço de mercado. A unificação alemã contém um acordo entre a Alemanha e a URSS de fornecimento de gás e petróleo soviéticos para a Alemanha. Isto em parte explica o voto da URSS a favor da corrente ocidental na crise do Golfo. Mas se lembramos que em 1972 a URSS e o Iraque assinaram um acordo de amizade e cooperação, segundo o qual nenhuma das duas partes pode fazer algo que prejudique a outra, veremos que este compromisso não está sendo honrado. Por outro lado, a URSS precisa se distanciar um pouco da política norte-americana, o que explica que ela esteja fazendo algum tipo de mediação política. Mas todos sabemos que a influência soviética nos acontecimentos internacionais já não é importante e como tal sua mediação não é grande coisa. Seria importante retomar uma posição independente para obter nosso respeito como mediadora, mas isso não existe. A URSS não só fez sua perestroika como enviou milhões de judeus para serem soldados de Israel e povoar nossos territórios ocupados. Ao mesmo tempo, na atual crise do Golfo, votou sempre contra o Iraque e a favor dos Estados Unidos. Não estou falando ideologicamente, mas a posição da URSS nesta crise favorece os Estados Unidos. Se a URSS não estivesse vivendo este processo interno e fosse a URSS do início dos anos 80, os Estados Unidos não enviariam tantas tropas para o Golfo. Haveria outra potência que obrigaria os Estados Unidos a pensarem mais de uma vez antes de fazerem isso. O ponto mais ao norte do Golfo dista menos de 40 minutos de avião da fronteira da União Soviética. Essas tropas norte-americanas no Golfo são uma ameaça à segurança nacional da União Soviética. Portanto, é incrível que tudo seja votado assim e por ordem expressa de Gorbachev.

**Classe — Vamos entrar agora na questão palestina. Em que o conflito do Golfo interfere na luta da OLP e qual o envolvimento de Israel?**

**Ahmed Sobeh —** Em primeiro lugar, devemos observar que a crise do Golfo não começou realmente com a entrada das tropas iraquianas no Kweit em 2 de agosto. Que fique bem claro que os Estados Unidos desencadearam esta crise muito antes, justamente quando a guerra entre Iraque e Irã terminou em agosto de 1988. O resultado dessa guerra foi inesperado para os Estados Unidos, que tudo fizeram para que ambos os países saíssem absolutamente destruídos, incapacitados de surgir como potências regionais. Mas o Iraque saiu fortalecido, podendo ao mesmo tempo desenvolver internamente uma boa tecnologia industrial civil e militar. O Iraque saiu da guerra como potência regional dotada de importante poderio militar. Quando constataram isso, os Estados Unidos iniciaram todo um processo ante o Iraque. Chegaram a pedir ao Congresso norte-americano sanções econômicas contra o Iraque, antes da ocupação do Kweit. Por que tudo isso? Como árabes e como palestinos, sabemos que nossa questão palestina seria resolvida favoravelmente ao nosso direito à autodeterminação nacional justamente quando a parte árabe chegasse a ter capacidade militar suficiente para equilibrar o poderio militar israelense, para obrigar Israel a evacuar os territórios ocupados. E o Iraque, depois da guerra com o Irã, surgiu como essa potência capaz

de chegar a esse equilíbrio militar com Israel. Daí a conclusão dos Estados Unidos de que é preciso acabar com essa potência iraquiana. Há apenas duas semanas, James Baker disse o seguinte no Senado norte-americano: "não é suficiente a retirada iraquiana do Kweit. É preciso acabar com a força militar iraquiana para que não se repita isso". Contra quem? Contra Israel. É o que preocupa os Estados Unidos. Portanto, muitos povos e países árabes e sobretudo o povo palestino defendem a capacidade árabe de equilibrar-se militarmente com Israel e a capacidade conjunta árabe de ter nossa própria tecnologia e acesso à tecnologia sem estarmos sujeitos aos Estados Unidos. Isto não significa, porque não é nosso estilo, defender pura e simplesmente o regime do Iraque.

**Classe — Em que nível estão as negociações sobre a questão palestina?**

**Ahmed Sobeh —** O processo de negociação de paz para resolver a questão palestina estava sendo paralisado antes dos acontecimentos do Golfo. Lembremos que o diálogo norte-americano-palestino foi suspenso em 20 de junho por decisão unilateral dos Estados Unidos, premiando Israel que ocupa, reprime e assassina palestinos todos os dias. Os Estados Unidos não estão interessados em chegar a uma solução com base no direito internacional para a questão palestina. Estamos observando nesta crise do Golfo como é que os Estados Unidos querem "cumprir" o direito internacional. De um lado promovem operações cirúrgicas contra o Iraque e apenas operações superficiais contra a ocupação israelense. De um lado condenam, impõem embargo pela força contra o Iraque e procuram a palavra menos ofensiva contra a ocupação israelense nos territórios palestinos. Portanto, não é que a questão palestina esteja ligada à crise do Golfo. Ela é a questão central de tudo o que tem ocorrido no Oriente Médio nos últimos 40 anos. A crise do Golfo demonstra que nós palestinos, juntos com os demais povos árabes, estamos conscientes de que é preciso termos a capacidade de ser uma potência independente. Neste momento das relações internacionais temos direito a ser independentes e a fortalecermos a independência, quando os europeus e países de outras regiões do mundo estão fazendo o mesmo. Os Estados Unidos querem impedir que os árabes tenham essa capacidade de serem independentes.

**Classe — Neste novo quadro, como fica a Intifada?**

**Ahmed Sobeh —** No dia 8 de dezembro próximo a Intifada completa três anos. Entraremos assim no quarto ano consecutivo de levante popular. Isto significa que nosso processo interno contra a ocupação não parou, conquanto tenha parado o processo de negociação de paz, devido à intransigência dos Estados Unidos e de Israel. Desde o primeiro momento da atual crise do Golfo, falamos: se o problema for entre o Iraque e o Kweit, somos mediadores. Se o problema é entre um país árabe e os Estados Unidos, somos contra a intervenção norte-americana. A crise do Golfo demonstra também que o mundo inteiro hoje é chamado a ser mais conseqüente com o direito internacional, o que significa resolver todos os problemas da região do Oriente Médio através de uma Conferência Internacional pela paz no Oriente Médio que encare e resolva todos os problemas da região, porque se amanhã for resolvida a crise do Golfo, de uma ou de outra forma a região do Oriente Médio terá sempre problemas crônicos no Líbano, na Palestina ou qualquer outro foco de tensão que possa surgir. Se não resolvermos o problema mais velho, a ocupação mais antiga que é a ocupação israelense nos territórios palestinos, sempre teremos problemas na região. E se queremos resolver esta crise, devemos encarar os problemas originais, essenciais — a questão palestina. Na crise do Golfo, a questão palestina está num ponto delicado e decisivo, por que dependendo do seu resultado, muitas coisas na região teriam que ser enfocadas de novo. Acho que após a crise, independentemente duma solução política ou militar, muitas coisas não voltarão a ser como antes, nem sequer a questão central para os árabes que é também a questão da democracia, o que os Estados Unidos querem impedir, porque chegam com suas tropas justamente quando países como a Argélia, a Tunísia e a Jordânia estão vivendo um momento importantíssimo na democracia interna — pluriparti-

darismo, liberdade de expressão, coisa que não havia. Estamos interessados em que depois dessa crise esse processo popular seja mais desenvolvido, que chegue às conseqüências de participação popular no poder político, econômico, sindical em nossos países árabes. Nesse sentido, nós, palestinos, temos um papel importante porque estamos em todos os países árabes. A questão palestina está ganhando vitalidade. Lembremos que desde 2 de agosto, quando o Iraque ocupou o Kweit, até 8 de outubro, as manchetes de todos os jornais do mundo só falavam nisso. Em 8 de outubro ocorreu um massacre de palestinos por israelenses em Jerusalém e de novo a questão palestina volta a ocupar lugar de destaque no noticiário. Isto demonstra que por mais crise que existia no Oriente Médio, sempre há que se voltar para a crise original que é a questão palestina, porque é uma questão não resolvida, que faz correr sangue todos os dias. Todos os dias se repete um martírio, há detidos, mortos, dinamitação de casas, confisco de terras, fechamento de escolas e universidades, deportações. Portanto, a questão palestina é a que mais exige solução urgente. É por isso que o secretário de Defesa norte-americano declarou que se o Kweit fosse um país qualquer do terceiro mundo que cultivasse batatas ou feijão, ninguém lembraria onde fica. Mas eles não vão libertar um país do terceiro mundo se não há uma multinacional do petróleo dirigida por três ou quatro sheikhs totalmente submetidos aos Estados Uni-

**Classe — No quadro atual, quais as reivindicações que a OLP apresenta para solucionar o problema palestino?**

**Ahmed Sobeh —** Em primeiro lugar, proteção internacional civil aos nossos civis nos territórios ocupados, para que esses massacres não se repitam. É preciso que o Conselho de Segurança da ONU tome medidas efetivas para proteger o povo palestino que vive sob ocupação israelense. Segundo, a convocação de uma conferência internacional, tal como aprovou a ONU nos últimos cinco anos consecutivamente, com a participação de todas as partes envolvidas no conflito, para garantir ao povo palestino o direito dos territórios ocupados e a constituição de um Estado palestino independente.

**Classe — Como a causa palestina tem repercutido e é respaldada internacionalmente, inclusive no Brasil?**

**Ahmed Sobeh —** É um caso inédito, peculiar, o fato de que um movimento de libertação como o nosso tenha representações diplomáticas tão numerosas espalhadas pelo mundo. O Estado palestino que foi proclamado por nosso Parlamento há dois anos tem 89 reconhecimentos por parte de outros Estados. Temos 89 representações diplomáticas. Mas as nossas representações em diversos países já são mais de cem. São poucos os países que têm esse número de representações diplomáticas. Isto não foi conquistado gra-



dos. Os Estados Unidos não se interessam sequer pelo destino da família real do Kweit. Não se interessam senão pelos seus interesses na região.

**Classe — O que motivou a recente onda de massacres de palestinos por israelenses em Jerusalém?**

**Ahmed Sobeh —** A perestroika abriu para Israel uma importantíssima fonte de imigração. Para que esses imigrantes tenham lugar nos territórios palestinos, é preciso perpetrar massacres e deportações, ou seja, promover mudanças demográficas nos territórios ocupados para construir novas colônias e assentamentos para os novos imigrantes. Eles denominam essa política de *transfer*, que consiste na transferência de palestinos de um lugar para outro a fim de deixar campo livre aos novos imigrantes. O motivo essencial do recrudescimento da repressão nos territórios ocupados é a política do governo direitista de Shamir de favorecer em tudo a nova imigração. Mas isso enfrenta uma nova etapa de nosso levante popular, que hoje é mais organizado, tem mais infra-estrutura e possui mais quadros experimentados nesses três anos da Intifada e muitos anos de luta política. O poder popular de nossos comitês dentro dos territórios ocupados tem mais atribuições, mais poder real de controle sobre nosso território porque Israel controla militarmente esses territórios apenas durante algumas horas por dia. Tudo isso se contrapõe a essa política de punho de ferro do governo israelense. A nova imigração aumentou em centenas de milhares, número de judeus e, como disse o chefe de governo de Israel: "uma grande imigração precisa de um grande Israel".

tuitamente, mas devido a dois motivos: a luta de nosso próprio povo para levar nossa voz para o mundo e as lutas dos povos dos países onde estão as nossas representações em solidariedade com a causa palestina. No Brasil, temos nossa representação há muitos anos, praticamente há dezoito anos e com um status diplomático há 11 anos. Obtivemos aqui uma grande solidariedade dos partidos políticos, dos sindicatos e da opinião pública em geral, dos setores estudantis, dos trabalhadores etc., todos eles defendendo nosso direito à autodeterminação nacional, o caráter representativo da OLP, o direito do povo palestino a ter seu próprio Estado independente. A luta do povo palestino ganha a cada dia a solidariedade de mais setores e se torna mais popular. A opinião pública brasileira se sensibiliza com a causa palestina, conquanto as grandes redes de comunicação informem a partir do ponto de vista israelense e norte-americano, manipulando os fatos e as versões sobre a origem da questão palestina. Mas temos muitos amigos no Brasil que estão ajudando a nossa causa, divulgando corretamente as informações. Em suma, posso dizer que conseguimos com a nossa luta algo importante: colocar a Palestina no mapa político como um Estado em vias de formação. E colocar a Palestina no mapa político é uma condição indispensável para colocá-la no mapa geográfico. Esse mapa geográfico está sendo traçado com a Intifada, que é um movimento pela independência nacional civil, constante, organizado, permanente, dotado de infra-estrutura e desenvolvido num nível superior ao que o mesmo território reconhecido pelo direito internacional. A solidariedade internacional é essencial para conquistar esse Estado palestino independente.

# Solução pacífica cada vez mais distante no conflito do Golfo

Lejeune Mato Grosso\*

Conforme tem noticiado esta **Classe**, eleva-se a cada dia que passa a temperatura política e militar no conflito do Golfo Pérsico. Os próprios meios de comunicação de massa, sejam eles televisados ou impressos, em sua grande maioria pró-imperialistas, têm noticiado com insistência essa escalada agressiva contra o povo árabe, que se dá hoje pela ostensiva presença de tropas americanas e de outras nações em terras árabes.

## Aspectos militares

Declarações recentes do presidente americano não deixam dúvidas sobre as suas intenções bélicas no conflito. Os Estados Unidos pretendem elevar os seus contingentes militares ofensivos, estacionados na Arábia Saudita, dos atuais 230 mil homens para cerca de meio milhão de soldados até janeiro de 91.

Estudos à disposição do Pentágono indicam que somente um contingente dessa monta conseguiria desalojar as tropas iraquianas no Kuwait. Mas isso significaria, no entanto, pesadas baixas para o exército americano.

O **Arquivo Disarmo** (Arquivo do Desarmamento), instituição italiana de estudos militares e estratégicos, aponta para um número de mais de 35 mil mortes entre as forças multinacionais, caso o conflito ocorresse neste momento (sem o aumento das tropas).

Mesmo sem a deflagração da guerra propriamente dita, cerca de 38 soldados americanos já perderam as suas vidas, sem falar em mais de 1.200 que foram transferidos de volta aos EUA, na medida em que sofreram pequenos acidentes ou foram classificados como "incapacitados para a guerra" pelos médicos psiquiatras americanos. Isso afeta muito o moral das tropas de ocupação da Arábia Saudita. Mais recentemente, foi tomada a decisão pelo governo americano de não realizar o prometido rodízio de tropas a cada 6 meses. Ou seja: quem embarcou para a guerra poderá voltar vivo ou morto.

## Baixas na opinião pública

Ninguém se esquece da guerra do Vietnã. A memória da derrota americana, dos seus milhares de mortos, ainda está viva na opinião pública americana.

Gradativamente, e na proporção direta da elevação dos tons dos discursos bélicos de George Bush, a sua perda de apoio na opinião pública, na mídia impressa e televisada e em especial no Congresso, é bastante significativa.



Soldados americanos na Arábia Saudita: agora não ocorrerão revezamentos, mas preparação para a guerra

O senador democrata da Geórgia e presidente da Comissão das Forças Armadas do Senado, Sam Nunn, levanta a sua voz contra a guerra. É ele quem diz: "a última coisa de que precisamos é uma guerra, uma guerra sangrenta no Golfo, é mandar jovens americanos para lá e ver seus corpos de volta em sacos plásticos e sem ter o apoio do povo americano... Nós já percorremos esse caminho uma vez e não queremos fazê-lo de novo". Já o deputado democrata de Indiana, Lee Hamilton, declarou que "há muita apreensão entre as pessoas. Elas não querem americanos mortos e feridos. Seu sentimento sobre isso é muito, muito forte".

Essa perda de apoio parlamentar já se refletiu nas pesquisas de opinião pública, sendo que mais de um terço dos eleitores pesquisados há uma semana disseram não aprovar o início da guerra. É importante que se registre que níveis de reprovação da guerra iguais a esse só foram atingidos na guerra do Vietnã, quando o conflito já durava vários anos.

Crescem em todo o mundo, inclusive nos EUA, manifestações de protesto contra a escalada militar. Demonstrações de repúdio à guerra já ocorreram, muitas em frente à Casa Branca, outras nos Champs Elisées, na França, com milhares de pessoas. A palavra de ordem tem sido clara: **"Não à guerra! Fora o Imperialismo do Golfo!"**

## A movimentação dos diplomatas

Não são só as tropas que estão em

movimento no conflito do Golfo. Também no terreno diplomático as peças estão sendo movimentadas nesse intrincado tabuleiro de xadrez que tem sido a chamada **"guerra do petróleo"**. Diplomatas de vários países, ex-primeiros ministros de várias nacionalidades, se põem em campo, na tentativa de trazer uma solução pacífica para o conflito.

A imprensa tem noticiado a ida ao Iraque de diversas personalidades da política internacional. Políticos dos mais variados matizes ideológicos têm se deslocado ao Iraque, na tentativa de "libertar" alguns dos "reféns prisioneiros" pelo governo iraquiano. Foi assim com Willy Brandt, do SPD alemão, presidente da Internacional Socialista e ex-premiê da Alemanha; Yoshiro Nakasone, ex-premiê do Japão; Edward Heath, ex-chanceler da Inglaterra, entre outros. Todos para lá foram, e saíram com um punhado de compatriotas a tiracolo. É interessante notar que Sadam Hussein quer, com essa atitude de libertar alguns "reféns" aqui e ali, fortalecer determinados políticos dentro de seus interesses estratégicos globais.

Nesse caso dos políticos internacionais, é preciso lembrar uma derrota do atual primeiro ministro do Japão, Toshio Kaifu. Com sua iniciativa de enviar projeto de lei ao Parlamento japonês, solicitando autorização para o envio de tropas ao Golfo, ferindo frontalmente a Constituição japonesa, sofreu uma derrota, pois foi obrigado a recuar, não encontrando

respaldo nem em seu próprio partido, o PLD, também integrado por Nakasone, que sai fortalecido neste episódio.

Uma nova peça na diplomacia que entra em cena é a República Popular da China. Em recente visita do chanceler chinês à Bagdá, Qian Qichen, este declarou acreditar numa solução pacífica para o conflito. Não podemos esquecer que a China tem poder de veto nas resoluções no Conselho de Segurança da ONU, embora especule-se que ela não pretende utilizá-lo. Mas mais do que isso, Qian defendeu e apoiou a convocação de uma Conferência Árabe para discutir este e outros problemas da região.

Restam a posição da França e da URSS. Esta última, vivendo problemas praticamente insolúveis internamente e sofrendo uma oposição cada vez maior do povo, tem uma clara e nítida tendência a apoiar até mesmo a solução armada unilateral dos EUA (já manifestada por Gorbachev) que poderia ser tomada com base em uma polêmica interpretação do artigo 51 do Estatuto das Nações Unidas (que reconhece o direito à autodefesa individual ou coletiva). A França encontra-se momentaneamente sob a "suspeita" americana. No último "giro" mundial do secretário de Defesa americano, James Baker, pelos países aliados no conflito, foi exatamente na França onde este demorou mais tempo. Com a saída de grandes contingentes de tropas, a França viu o crescimento de manifestações in-

ternas contra a guerra, o presidente François Mitterrand tem modificado gradativamente seu discurso.

## A firme defesa da paz

A falsa paz que os imperialistas apregoam nada mais é do que a rendição pura e incondicional por parte do Iraque. Fala-se, sem escrúpulos (em especial a belicosa senhora Margaret Thatcher, da Inglaterra) em derrubar o presidente iraquiano.

A verdadeira paz na região do Golfo só será obtida quando uma Conferência Internacional de Paz for convocada, sob os auspícios da ONU, e quando esta estiver disposta a não fazer o jogo dos interesses americanos, com a participação de todas as partes envolvidas no conflito.

O próprio presidente Sadam Hussein tem dito e defendido a Conferência de Cúpula Árabe. Mas é preciso estabelecer previamente a pauta dos trabalhos, quando será realizada, onde ocorrerá, quem participará e com que direito de voto.

É preciso deixar claro para o mundo que a questão do Estado Palestino deve ser discutida, bem como a libertação dos seus territórios ocupados por Israel; a retirada das tropas sírias do Líbano; a devolução do Sinai ao Egito; a libertação de Jerusalém e outros tantos problemas. A solução, temos a certeza, não pode e não será unilateral.

# Irã propõe frente contra EUA

Em editorial publicado no último dia 17, o jornal iraniano "Kayhan International", vinculado aos grupos religiosos do país e com edição em inglês, propôs a formação de uma força multinacional para se contrapor aos intentos dos Estados Unidos no Golfo Pérsico e, se for deflagrada a guerra, combater ao lado dos iraquianos.

A publicação manifesta a opinião de que a agressão norte-americana atinge todos os países do chamado Terceiro Mundo, indicando um novo tipo de relacionamento entre os países imperialistas e os que estão submetidos ao domínio neocolonialista.

Assim, o editorial apela para que se forme uma frente ampla composta, entre outros países, pelo "Irã, Iêmen, Líbia, Argélia, Sudão", sugerindo ainda que "até mesmo Cuba, Coréia do Norte e Vietnã estudem o envio de tropas para a defesa do Iraque".

"Se o Iraque for derrotado, então todos esses países ficarão muito suscetíveis à pressão militar dos Estados Unidos, e nenhum de um modo tão direto quanto a República Islâmica do Irã", sustenta o artigo, acrescentando que a força multinacional proposta seria "um legítimo obstáculo para os planos do presidente dos EUA. Geor-

ge Bush, de transformar todo o Golfo Pérsico numa enorme república de bananas rica em petróleo". A publicação, porém, salienta que "isto não significa uma defesa da ocupação do Kwait pelo Iraque".

O editorial deixa evidente que a guerra no Golfo terá um preço muito superior ao que parece supor o governo norte-americano. Quem também fez duras críticas à pressão imperialista sobre a região, dirigidas especialmente aos Estados Unidos, foi o rei da Jordânia, Hussein, em discurso por ocasião da abertura do parlamento do país.

Classificou a conduta das potências imperialistas como "flagrante e descarada", induzindo que tal comportamento "nos leva à confirmação de que seus reais motivos estão longe daqueles apregoados de respeito à legitimidade e de defesa de princípios. Seus objetivos atuais derivam do desejo de controlar nosso destino e os recursos da nação árabe".

Hussein enfatizou que as potências, depois de terem subjugado a ONU, praticam "uma política de dois pesos e duas medidas" no Oriente Médio, fazendo ouvidos de mercador



Até o rei Hussein denuncia a manipulação da ONU pelas potências

em relação aos reclamos dos palestinos e sendo complacentes com os assassinatos cometidos pela polícia israelense e a ocupação de territórios palestinos. O rei prometeu aumentar o apoio da Jordânia nos esforços para "libertar Jerusalém e a Palestina ocupada" (Cisjordânia e Faixa de Gaza), reiterando seu apoio à *Intifada*, levan-

te palestino iniciado há três anos contra as forças israelenses.

"Essa dualidade no uso do organismo mundial (ONU) e da legitimidade internacional nos força a perguntar por que há a recusa incessante de relacionar as duas crises, quando as resoluções foram adotadas pelas

Nações Unidas com o sentido de conectar ambos os conflitos", enunciou Hussein.

Já a Arábia Saudita proibiu manifestações de massas, mesmo que considerada "justas", enquanto durar a crise no Golfo Pérsico, um sinal das debilidades apresentada pelo governo no que diz respeito à sua política pró-Estados Unidos. A própria presença de tropas estrangeiras no país tem causado vários tipos de desconfortos, inclusive motivando uma manifestação de mulheres pelo prosaico direito de dirigir automóveis, o que é proibido pelas leis caducas da monarquia.

O primeiro-ministro da Alemanha, Helmut Kohl, em entrevista à imprensa dia 18, também expressou oposição à proposta norte-americana de deflagrar a guerra no Golfo. "Todos os que acreditam que o problema possa ser agora solucionado pela via militar devem pensar não apenas no começo, mas também no fim de tal operação", salientou, ressaltando que o conflito poderá ter um preço muito elevado, especialmente em número de vítimas. Tal posição sinaliza no sentido de um progressivo isolamento do governo Bush em relação aos meios de solucionar a crise.

## P E L O M U N D O

Pelo menos quatro repúblicas soviéticas, Geórgia, Letônia, Estônia e Lituânia, já expressaram oposição ao novo Tratado da União proposto pelo governo Gorbachev com o objetivo de esvaziar os movimentos separatistas no país. Armênia, Ucrânia e outras também não deverão assinar o tratado. As três repúblicas do Báltico, que já haviam declarado independência, participarão como convidadas na reunião da Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa.

O confronto entre Gorbachev e os líderes das repúblicas soviéticas, especialmente com Bóris Yeltsin, o presidente da Rússia, está se agravando. Yeltsin deixou de lado um ensaio de conciliação com o poder central, esboçado na semana passada, para exigir a renúncia do atual governo que, em sua opinião, está "criando confrontação com as repúblicas", tendo se transformado em "fator de desestabilização". Gorbachev, por sua vez, voltou a ameaçar o povo com "um banho de sangue" caso não obtenha apoio para sua política, ao mesmo tempo em que manobrou com o parlamento para aumentar os seus já excessivos, embora formais, poderes presidenciais.

Os problemas do líder revisionista da URSS, porém, não se limitam aos conflitos com as repúblicas. Além de amargar um descrédito generalizado e crescente junto à opinião do seu país, ele enfrenta inclusive oposição ao Nobel para o qual foi indicado recentemente. Mães de jovens soldados soviéticos, que denunciam maus tratos, torturas, seviciamento e até assassinatos de seus filhos pelos oficiais do Exército, organizam um abaixo-assinado contra a escolha do presidente soviético para o Nobel da Paz. Até a semana passada mais de 25 mil pessoas haviam assinado o protesto, que as mães pretendem levar para

Oslo, na Noruega, na ocasião da entrega do prêmio.

Não só a URSS, mas todo o Leste europeu vai mal, muito mal. Na Bulgária uma multidão calculada em cerca de 15 mil pessoas organizou um pannelo dia 16, classificado por um dos manifestantes como "a marcha dos famintos que morrerão no inverno". O povo exige a renúncia do governo, que acaba de anunciar novas reformas liberais. Instituições financeiras europeias estimam que os países do Leste europeu sofrerão perdas acumuladas de 15 bilhões de dólares em função da crise no Golfo Pérsico e a nova posição da União Soviética em relação às normas comerciais e exportação de petróleo para a região. A Bulgária deverá ser o país mais afetado.

A crise atinge também a Checoslováquia, que entre outras coisas também enfrenta reivindicações separatistas, e pede desesperadamente auxílio financeiro aos países imperialistas para minorar os problemas econômicos. Uma recente visita ao país do presidente norte-americano George Bush foi decepcionante. Ele ofereceu a bagatela de US\$ 60 milhões em ajuda ao país, o que depende ainda de aprovação do Congresso. Vaclav Havel, presidente do país, não escondeu seu pessimismo e qualificou de "fracasso" a política do atual governo e mostrou-se "decepcionado" com o quadro institucional: "Os rancores, as rivalidades, a inveja e as ambições desmedidas se converteram em vícios que infectam nossa vida pública", declarou dia 17.

Teve início dia 19, em Paris, a reunião da Conferência sobre Segurança e Cooperação da Europa, composta por 34 países da região. O encontro deverá marcar, entre outras coisas, um esvaziamento

ainda maior da OTAN e, conseqüentemente, um enfraquecimento da posição norte-americana no continente, enquanto, de outro lado, vem crescendo a influência da Alemanha, agora unificada.

Na Inglaterra, que já vive uma recessão, a taxa de desemprego cresceu para 6% em outubro, a inflação supera a casa dos 10% ao ano e a taxa de juros atinge 14%. O enfraquecimento da primeira-ministra Margaret Thatcher é patente, seu poder vem sendo contestado dentro do próprio Partido Conservador.

Um estudo elaborado pelo Instituto Alemão de Economia, de Colônia, conclui que a perda de confiança no dólar é tão grande que tal moeda não tem mais condições de funcionar como padrão monetário internacional, fato que expressa a decadência do imperialismo norte-americano no planeta. Na última semana a moeda dos EUA alcançou seu mais baixo patamar histórico em relação ao marco alemão, sendo cotada a 1,4753.

Uma pesquisa eleitoral feita pelo Centro Nacional de Consultoria da Colômbia revela que o M-19, que há oito meses abandonou a guerrilha para transformar-se em um partido legal, tem uma ampla preferência popular para as eleições com vistas à formação de uma Assembléia Nacional Constituinte no país, marcada para 9 de dezembro. Atribui-se à organização 45% das intenções de voto, o que significa que ele poderá conquistar 35 das 70 cadeiras em disputa. Já nas eleições presidenciais, o M-19 havia sido a terceira força, conseguindo 12,5% dos votos.

Milhares de manifestantes saíram às ruas na capital de El Salvador, dia 16, para lembrar o



assassinato de seis jesuítas por um comando do Exército, ocorrido há um ano, e protestar contra a impunidade que preside as "investigações" do crime. Os jesuítas foram arrancados de seus alojamentos na Universidade Católica de El Salvador, dia 16 de novembro de 1989, torturados, mortos e mutilados. "Desde então pouca coisa foi feita para punir os verdadeiros responsáveis", denuncia o padre José Maria Tojeira, superior da ordem na América Latina.

Os jornais "Weekly Mail", de Johannesburg, e "Sowetan", de Soweto, informaram na semana passada que refugiados de Moçambique atraídos para a África do Sul com promessas de bons empregos são vendidos como escravos por brancos. Cerca de 800 refugiados cruzam todo o mês a fronteira dos dois países.

Uma manifestação de 70 mil trabalhadores filipinos, por melhores salários, foi brutalmente reprimida pela polícia, que havia proibido o protesto. Dezenas de pessoas foram feridas. Com manifestação pacífica, os trabalhadores exigem apenas um encontro com o presidente Corazon Aquino para expor suas reivindicações.

# A luta dos estudantes na França

A França tem sido palco, nos dois últimos meses, de gigantescas manifestações estudantis, equiparáveis em dimensões às que ocorreram em maio de 1968 e se transformaram em um momento histórico reconhecido mundialmente. Os protestos evidenciam o descaso do governo, profundas desigualdades sociais e carência de liberdade nas escolas. Embora o governo tenha acenado com reformas, os protestos continuam, apesar da repressão dois dias antes da abertura da reunião da Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa, em Paris.

“Dinheiro para os estudantes e não para as expedições ao Golfo”, expressava uma das faixas carregadas na manifestação dos secundaristas realizada dia 12 na França. Na capital, Paris, o protesto reuniu cerca de 200 mil jovens, enquanto outros 150 mil saíram às ruas em outras cidades do país reivindicando melhorias nas condições de ensino.

O movimento acabou resvalando para a violência, resultando em centenas de pessoas feridas, inclusive policiais, dezenas de presos, 100 lojas saqueadas e 190 automóveis danificados — o que foi atribuído por parte da imprensa à participação de vândalos alheios à vida e aos problemas estudantis.

## Filhos de 68

Os manifestantes, orgulhosos quando classificados de “os filhos de 68” (uma alusão às grandes manifestações estudantis em Paris ocorridas em maio de 1968), exigem do governo uma atenção maior aos liceus e aos reclamos dos jovens, principalmente nos bairros mais pobres, onde são tratados com olímpica indiferença pelos representantes das elites.

Os protestos sacodem a França desde outubro e já no dia 5 de novembro cerca de 100 mil secundaristas ocuparam as praças francesas para reivindicar seus direitos. Na ocasião, alguns membros do próprio governo reconheceram que existe um “déficit democrático” para com os secundaristas. Pais de alunos e professores também apóiam o movimento.

Entre as mudanças reclamadas pelos alunos, incluem-se a melhoria das condições e da qualidade do ensino, equipamentos escolares adequados e modernos e liberdade de expressão nas salas de aula e nos estabelecimentos. Como meio imediato de enfrentar a crise, um aumento do orçamento dedicado à educação.



Os secundaristas denunciam o descaso governamental, condenam a intervenção no Golfo e exigem verbas para a educação

## Descaso governamental

Na origem da crise percebe-se a degradação da vida na própria França, como fruto das dificuldades econômicas, um expressivo crescimento das desigualdades sociais e um patente descaso do governo frente aos problemas dos secundaristas.

Tal situação agravou-se enormemente durante os 10 últimos anos do governo social-democrata de François Mitterrand, que em 1986, no quadro da chamada Lei de Descentralização, e com o pretexto de descentralizar atribuições e competências no que se refere à administração da educação, praticamente desobrigou o Estado com o ensino.

Em tal contexto, o governo federal deixou de se ocupar com os liceus — inclusive no que se relaciona ao repasse de verbas — considerando como sua competência apenas o financiamento das universidades. Foi uma decisão desastrosa para as escolas de segundo grau, com a explicável exceção dos estabelecimentos onde estudam os filhos dos ricos, nos bairros melhor situados de Paris e algumas outras poucas cidades.

## Desigualdade e degradação

Sem verbas, não só a desigualdade aumentou de forma brutal como a degradação dos liceus nos bairros miseráveis e nas províncias se acentuou. Os problemas se multiplicaram, contando salas de aulas superlotadas, professores em número insuficiente,



A velha guardiã da “ordem” mobilizada por Mitterrand

estabelecimentos precários e inclusive cantinas em “lastimável estado”, conforme a opinião de um aluno.

Contou também a falta de segurança nas escolas. No dia 27 de setembro uma estudante de 15 anos foi violentada no banheiro do ginásio Blanqui em Saint-Ouen, norte de Paris, por três outros jovens. Problemas da mesma espécie, e outros como o tráfico de drogas, roubos e até assassinatos, estão se tornando a cada dia mais frequentes, conforme denunciam os secundaristas.

Acrescenta-se o quadro econômico e a elevada taxa de desemprego, que faz com que cerca de 40% dos jovens que saem da escola não consigam empregar sua força de trabalho em um mercado saturado, sendo que sofrem de forma extraordinária estrangeiros e filhos de emigrantes, submetidos a uma cruel discriminação social. Não foi à toa que uma das organizações que liderou as manifestações estudantis intitulou-se precisamente SOS Racismo, associando-se a uma luta que é particularmente cara aos que

vão de outros países para a França na esperança de conquistar uma vida mais confortável.

Na França atual registram-se dois tipos de estabelecimentos escolares de segundo grau — os liceus de alto nível, que formam os filhos das elites e futuros dirigentes do país — e os liceus conhecidos como “guetos”, reservado aos pobres e miseráveis. Nesses últimos há carência até mesmo de um mínimo de democracia nas salas de aulas, conforme se depreende das denúncias e reivindicações dos estudantes.

## Manobras

Em outubro, assim que ficaram mais evidentes as manifestações de descontentamento dos estudantes, o governo procurou manobrar para evitar desdobramentos menos desejáveis da crise. Entre outras coisas, procurou antecipar a data de discussão do orçamento dedicado à educação pelo parlamento do dia 12 para o dia 5 de novembro, com o objetivo de esvaziar a manifestação convocada pelos alunos, pais e professores para aquele dia — que acabou sendo realizada, não obstante a manobra, e adquirindo um caráter massivo.

Depois disso, Mitterrand recebeu os alunos, juntamente com o ministro da educação nacional, Lionel Jospin, prometeu alguns bilhões a mais para o setor e reconheceu que o governo estava errado e era preciso ouvir os jovens, “já que quem assim não procede não cuida do futuro”. Entretanto, parece não ter convencido muito. Um dos líderes da manifestação definiu o encontro como um diálogo de surdos. “Ele não compreende as nossas reivindicações e nós não entendemos as suas respostas”.

Na verdade, ao lado da preocupação com o problema, Mitterrand ocupou-se também com uma briga intestina que vem travando há tempos com o primeiro-ministro Michel Rocard, que estava no Japão enquanto ocorria o protesto, e não conta com o beneplácito de presidente, embora seja do mesmo Partido Socialista onde disputa a liderança com Mitterrand, e ao que tudo indica, sairá desta no mínimo bastante arranhado.

O parlamento francês vota nesses dias uma moção de censura contra Rocard, que já conta com praticamente todo o apoio das oposições. Sem poder esperar pela solidariedade de Mitterrand, é bem possível que o primeiro-ministro saiba, repulsa, o sonho de suceder o atual presidente da república francesa.

# Dirigentes sindicais apontam: pacto é canga para trabalhador

A direção sindical nacional do Partido, reunida nos dias 2 e 3 de novembro, em São Paulo, fez um balanço da atuação dos comunistas nos estados e tomou decisões para o crescimento de nossa influência na luta sindical. A maioria dos estados mandou representantes. O encontro deu a tônica da atuação dos sindicalistas do partido frente à conjuntura adversa, com o governo antioperário e antinacional de Collor de Mello e a inconseqüente posição da CUT em participar do entendimento nacional "intendível", proposto pelo governo.

O encontro teve saldo positivo. Abordou, sem embaraços, as dificuldades na área rural, apontando a necessidade de ampliar o trabalho neste setor. Renildo de Souza, da coordenação nacional da Corrente Sindical Classista e diretor do Sindicato dos Metalúrgicos da Bahia, chegou a propor "que 1991 seja o ano de crescimento do PCdoB na área sindical". Foi criticado o espontaneísmo com que têm sido tratados temas como organização e finanças, principalmente com relação à Corrente Sindical Classista.

Abaixo, nota da direção nacional da CSC, rejeitando a ida ao Pacto.

O desemprego, a recessão, o entreguismo vêm servindo de motivos para festejos e orgias, patrocinados pelos síndicos do Palácio do Planalto.

Os sete meses e uma noite no poder já foram suficientes para as falcatruas da Vasp, Petrobrás, Loyd, Caixa Econômica..., uma bandalheira "moderna", de rapidez impressionante.

E ainda não havia terminado a somatória dos votos de outubro, quando Collor e seus 40 ladrões foram vistos erguendo taças em brindes aos "vinte anos no poder".

Tanto cinismo tem lá sua razão de ser. O chefe do projeto "Brasil Novo", possuído, revela plena consciência do largo tempo que precisa para, em conluio com as elites dominantes, submeter o País à recolonização exigida pela oligarquia financeira internacional.

Para isso, necessita barrar a resistência popular e democrática. Ate-nuar a oposição política a seu governo. Jogar areia nos olhos do povo. E ensaiar jogadas que paralisam a luta dos trabalhadores, principal motor de combate à sanha da grande burguesia e aos planos do FMI.



A assembléia se manifestou com entusiasmo contra o arrocho salarial

Assim, somente os conciliadores não querem ver que o "entendimento nacional", o "pacto", proposto pelo governo, é uma evidente manobra para atar as mãos dos trabalhadores — especialmente da CUT — à política econômica em branco e preto do marajá collorido. Política de fome, de desmantelamento das estatais, de arrocho salarial brutal, de demissão em massa de dirigentes sindicais. Política que visa quebrar pelo meio a mobilização operária e sindical, seja pela repressão direta — avalizada pelo "negociador" Magri —, seja pela cooptação.

A presença de Central Única dos Trabalhadores na mesa de negociação do "entendimento nacional" não tem qualquer justificativa. O governo já afirmou categoricamente que não irá fazer qualquer concessão dos pontos básicos de seu Plano de Estabilização. Teve o descaramento de acusar os trabalhadores (e empresários) como sendo os responsáveis pela rápida subida da inflação. E, com as recentes demissões de 4 mil trabalhadores da Embraer, o "entendimento nacional" toma a feição de palhaçada e tragédia.

A Corrente Sindical Classista da CUT, que há muito tornou pública sua posição contrária à conduta da maioria da executiva da Central, reclama a imediata retirada da entidade desse teatro de péssimos atores.

O lugar da CUT é na luta contra o projeto antioperário, por excelên-

cia, denominado "Brasil Novo". **Contra** o desvario desnacionalizante, que além de tudo privatiza à base da roubalheira e da negociata. **Contra** a violação dos direitos democráticos, o emporcalhamento da Constituição,

que assemelha o Presidente da República a um aspirante de fascista da "modernidade".

O dever da CUT é estar no centro de uma ampla aliança popular e democrática, em defesa da soberania na-

cional, das liberdades e dos direitos dos trabalhadores.

São Paulo, 6 de novembro de 1990

A Coordenação Nacional da Corrente Sindical Classista — CSC/CUT

## Trabalhadoras mostram força no Rio

As mulheres trabalhadoras mostram a sua força, durante a greve que realizaram do dia 6 a 12 de novembro passado, nas fábricas de roupas e confecções do Rio de Janeiro e da Baixada Fluminense. Uma das principais lideranças do movimento, a diretora do Sindicato das Costureiras e Alfaiates do Estado, Maria do Socorro Monteiro, integrante da Corrente Sindical Classista/CUT, considera que a greve atingiu cerca de 70% da categoria, que é de 140 mil trabalhadoras.

Para ela, o movimento grevista "foi uma resposta à provocação dos patrões, que pagam apenas Cr\$ 9 mil de piso salarial e nas negociações admitiram chegar a somente Cr\$ 14 mil". A reivindicação da categoria foi de Cr\$ 25 mil e aumento de 60% retroativo a outubro. A tendência classista liderada por Socorro e outros sindicalistas é denominada "Costurando a luta", cuja principal função "é desenvolver uma atuação politizada nas fábricas, junto aos trabalhadores e no sentido de unificar as diversas concepções existentes no seio da categoria".

Em contraposição às forças atrasadas que formam a maioria na direção do Sindicato, a Corrente Classista está incrementando a sindicalização dos empregados do setor, informando os seus direitos e organizando a formação de comissões de fábricas. Lideranças de grandes empresas, como a Company, Adonis, Açço, Yes Brazil e outras se incorporaram à luta e iniciaram um processo de organização da classe.

Não apenas a intransigência patronal dificultou as negociações, mas também a violência com que trataram a justa luta das trabalhadoras. Na Poesi, que confecciona peças íntimas, ocorre, de acordo com as empregadas, um verdadeiro clima de guerra, onde o prédio da indústria mais parece um presídio, por causa da estrutura do edifício e pelas condições de trabalho que são oferecidas.

Na semana passada, cerca de 800 mulheres da Poesi, da Inega e de outras empresas, seguiram em passeata desde a primeira rua da cidade, segunda, em Del Castilho, região su-

burba do Rio, para denunciar os péssimos salários e os maus tratos de que são vítimas. Na Inega, foram recebidas por batalhões de choque da Polícia Militar, que por pouco não transformou a área em praça de guerra.

A greve possui outros aspectos importantes, além da disposição de luta das mulheres trabalhadoras: a capacidade de negociação assumida por alguns sindicalistas que procuraram dividir os empresários, negociando em separado, e o apoio obtido de outras entidades e partidos políticos, como o Sindicato dos Metalúrgicos, a CUT e o PCdoB.

Foi a maior greve da categoria desde 1981, alcançando um nível de participação nunca antes registrado. A greve foi suspensa temporariamente, após ter conseguido algumas importantes vitórias, como pisos salariais superiores a 100% do que era pago antes da mobilização (Cr\$ 18 mil), desconto dos dias parados de um dia por mês e estabilidade em algumas empresas por períodos de um ano. Os trabalhadores também foram beneficiados por empresa.

## A importante tarefa da Central Única

A exemplo das tentativas anteriores, as negociações do chamado "pacto social" já foram para o espaço. O último encontro do "comitê central do entendimento nacional", marcado para 13 de novembro, foi cancelado pelo próprio governo federal. Já na reunião de 30 de outubro, os negociadores empacaram num debate estéril sobre a questão salarial — com o governo defendendo a manutenção da atual política de arrocho, os empresários chorando suas pretensas dificuldades econômicas e os sindicalistas reclamando reposição das perdas e indexação salarial.

O novo fiasco dessa proposição indica bem quais os interesses que estavam em jogo. A proposta do "pacto" foi apresentada pelo governo Collor em meados de setembro, quando a própria ministra da Economia já admitia a perda do controle sobre a inflação e anunciava novas medidas recessivas. Temendo as conseqüências, o governo se apressou a apresentar a idéia surrada do entendimento nacional.

Na oportunidade havia um forte sentido eleitoreiro na proposição — que só não foi pulsado pelos conciliadores e ingênuos. Através da negociação de fachada, o governo procurava posar de aberto ao diálogo para evitar a eclosão de conflitos sociais e favorecer as candidaturas situacionistas no pleito de 3 de outubro.

Mas a proposta não se limitava a esse objetivo imediato. Tinha um escopo muito mais abrangente. Ao defender o "pacto social", o governo Collor tentava levar adiante seu projeto econômico neoliberal sem maiores resistências das vítimas da recessão e do arrocho salarial. Ele procurava adiar e/ou amortecer os conflitos — decorrentes da aplicação dessa política nefasta —, envolvendo as centrais sindicais numa falsa negociação.

O próprio presidente Collor, ao anunciar sua intenção de promover o "entendimento nacional", afirmou, de maneira peremptória, que este deveria ter como base a plataforma eleitoral com a qual se elegeu no final do ano passado. Ou seja: nada deveria mudar na orientação em curso desde sua posse. O arrocho dos salários, a demissão de funcionários públicos, a privatização das empresas estatais, a recessão, a imposição de medidas provisórias autoritárias, etc., iriam prosseguir... afirmava Collor.

### Posição da CUT

Diante dessa posição, foi totalmente injustificável a conduta de certos setores do movimento sindical — em particular da CUT — de participarem das negociações do "pacto social". E o fracasso das articulações só comprova esse grave equívoco. Essa postura gerou perplexidade entre os trabalhadores, desarmando-os para o necessário enfrentamento contra a política econômica imposta pelo governo Collor. Em certo sentido, contribuiu para o êxito das forças conservadoras nas eleições de outubro.

A CUT agora se prepara para abandonar o barco furado do "pacto social". Sua decisão de participar do "comitê central" já havia gerado um bombardeio de críticas. Ela foi tomada numa instância limitada, a executiva nacional, e por escassa margem de votos — oito a seis. Essa posição não refletiu as opiniões das direções estaduais e, muito menos, das bases cutistas. A maioria das forças políticas que hoje atuam na central rejeitou a trama do Palácio do Planalto — inclusive a direção do PT.

O deslize cometido deve ser compensado com a ampliação da mobilização dos assalariados no combate ao projeto econômico do governo. Ao invés de conversa fiada, das negociações de bastidores em detrimento da luta, é preciso que a CUT revigore seu papel de referencial dos trabalhadores no combate à exploração capitalista. Todos os indicadores econômicos apontam para o agravamento da recessão nos próximos meses. Caberá à CUT a importante tarefa de unificar as lutas sindicais, "nacionalizando-as", no enfrentamento ao projeto neoliberal e autoritário do governo Collor!

## A greve de 24 horas dos metroviários

Maria Fíguro

Em clima de serenidade e determinação, os metroviários realizaram greve de 24 horas no dia 13. A adesão foi de 100% da categoria nos setores de manutenção e operação de trens, de 90% nas estações e 70% no setor administrativo. No dia 14, os metroviários realizaram assembléia na quadra dos Bancários, para avaliar o movimento e definir a continuidade da luta pela reposição das perdas salariais (93%); foi descartada a possibilidade de uma greve por tempo indeterminado caso o Metrô mantenha-se irredutível na sua posição de suspender as negociações.

### Provocações

O presidente do Sindicato dos Metroviários, Wagner Gomes, denunciou provocações, por parte da companhia do Metrô, para indispor os grevistas com a população: "No dia 12, às 22h30, o Metrô arbitrariamente encerrou a operação de trens e fechou as estações. Em vários locais — como na Praça da Sé —, ocorreu início de depredações. Ora, a nossa greve foi convocada para a partir da 0 hora do dia 13. Com essa atitude provocativa, o presidente do Metrô, Antônio Sérgio Fernandes, pretendia jogar os usuários contra os metroviários, não medindo as conseqüências de tal gesto. Trens foram danificados e outros problemas ocorreram nas esta-



ções. Felizmente nenhum metroviário foi atingido".

Wagner Gomes condenou, também, a utilização de bombeiros para operação de trens: "Bombeiros e chefias do Metrô operaram trens, colocando em risco a população, pois eles não têm a qualificação técnica necessária para esse trabalho. O governo também enviou 700 PMs ao Pátio Jabaquara, com a intenção de intimidar os metroviários. Mas as comissões de esclarecimento da greve, com serenidade e atuando de forma pacífica, garantiram a adesão massiva ao movimento".

Apesar disso, o sindicato dos Metroviários conseguiu arrancar alguns importantes avanços nas negociações com a companhia do Metrô. Foi conquistado um reajuste de 14% em novembro e de 15% em dezembro. Somado a isso, a categoria obteve a volta dos demitidos na paralisação de 1988. A categoria descartou com isso uma greve por tempo indeterminado, arma que poderia ser usada pelos metroviários caso a companhia insistisse em se manter insensível aos reclamos dos funcionários.

## CURTAS

### Ensinando Unidade

Nos dias 6 e 7 de novembro, realizada na Praia Grande-SP, a 1ª Plenária Nacional de Entidades Sindicais dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (rede privada). Wellington Teixeira Gomes, presidente da Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Fitee), que abrange os dois Mato-Grosso, MG, ES, DF e TO, foi indicado pela plenária presidente da direção provisória da nova confederação criada durante o encontro: Confederação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee).

Wellington, cutista dos quadros da Corrente Sindical Classista, revelou que o processo de construção de uma confederação combativa, que defendesse, entre outras coisas, o ensino estatal e laico, vinha se arrastando há 5 anos. Segundo ele, a atual confederação, CNTEEC, que até agora abrangia os quatro grupos profissionais da área de ensino, é vinculada ao Palácio do Planalto, servindo de esteio aos planos privatistas do governo Collor para a Educação.

Ao final da plenária, foi aprovada uma base programática da nova entidade que, para Silvio Costa, vice-presidente da Fitee, traz "um texto avançado. Nele se faz uma avaliação das eleições e indica-se o voto no segundo turno aos candidatos de oposição a Collor". Além disso, Silvio destacou o repúdio ao entendimento nacional de Collor, a participação do movimento sindical na luta geral do povo brasileiro e um documento em defesa do regime

socialista. "No momento em que a grande imprensa tenta minar o socialismo, a plenária mostra que ele é uma alternativa para os trabalhadores", declarou Silvio.

### Zélia perdida

A ministra parece estar perdida, procurando se encontrar. Absolutamente fora da realidade, ela afirmou que "os salários tiveram reajustes superiores aos índices de custo de vida e, portanto, até prova em contrário, não está havendo perda". Zélia não pode referir-se ao conjunto dos trabalhadores, baseando-se em conquistas isoladas das categorias com maior poder de pressão. Como se não bastasse isso, a ministra lembrou que o Plano Collor "exige uma dose de sacrifício". Ela só não disse que o alvo da sangria tem sido o bolso dos assalariados.

### Perdendo tempo

O presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Jair Meneguelli, e o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mário Amato, encontraram-se na segunda-feira, dia 12, para discutirem reposição e indexação salarial. Amato afirmou que a Fiesp é contra a indexação automática e que os empresários entendem que as perdas salariais já estão sendo reparadas em acordos entre sindicatos e patrões.

A CUT, por sua vez, avisou Meneguelli, não abre mão da reposição parcelada das perdas salariais provocadas pelo Plano Collor e exigiu a indexação automática nos salários.

### Pipocas anticolloridas

Os defensores do "entendimento nacional" estão engasgados. Nos últimos dias, pipocam greves no mínimo indigestas para a consolidação do projeto da grande burguesia nacional. Só para comprovar; em greve os funcionários da Universidade de São Paulo (USP), Universidade do Estado de São Paulo (Unesp) e Universidade de Campinas (Unicamp): trabalhadores da Construção Civil em Belo Horizonte, Mercedes Benz em São Bernardo do Campo-SP, metroviários paulistas (greve de 24 horas no último dia 13) e ferroviários em SP.

### Vitória cristalina

"Avançar na Luta", a chapa 1, representada pela CUT e independentes, venceu a disputa pela direção do Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio-Ambiente do Estado de São Paulo. Nivaldo Santana foi reeleito presidente. Ele é o atual secretário de formação sindical da Corrente Classista.

A chapa 1 obteve 6.417 votos (65,39%), a 2 recebeu 2.205 (22,47%) e a chapa 3, apenas 732 (7,46%).

### SP fora dos trilhos

Até o fechamento desta edição, os ferroviários prosseguem em sua greve, iniciada no dia 8. Eles reivindicam 166% (perdas do Plano Collor) e 100% para recuperar perdas nos Planos A e B. O movimento permanece intransigente. O modo de luta escolhido pela Justiça do Trabalho.

# Jornalistas contra lobby patronal

O projeto de lei que extingue o registro profissional de 15 profissões — entre elas a de jornalista — enviado ao Congresso Nacional pelo atual governo, acabou por polarizar as discussões do 24º Congresso Nacional dos Jornalistas, realizado em Florianópolis, Santa Catarina, nos primeiros dias deste mês. O que, numa avaliação apressada, se apresentava como mais uma das medidas “desregulamentadoras” de Collor, retirando do âmbito do Ministério do Trabalho o poder de conceder o registro para o exercício profissional e de promover a fiscalização nos locais de trabalho, na verdade impede que as próprias entidades sindicais assumam estas tarefas, além de transformar o diploma em simples documento decorativo.

O Palácio do Planalto adotou esta medida cedendo ao lobby das grandes empresas de comunicação (especialmente a Rede Globo e a Folha de S. Paulo), com o objetivo de enfraquecer os sindicatos das áreas atingidas e também ameaçar inúmeros cursos universitários, como os de sociologia, psicologia, jornalismo, museologia, entre tantos outros.

## A questão do diploma

No entanto, a discussão em torno da regulamentação profissional dos jornalistas não pode ser feita apenas em tese. Está intimamente ligada aos novos processos de produção, que envolvem rebaixamento salarial e aviltamento da profissão, já em curso nas redações de grandes órgãos de imprensa. Por outro lado, os cursos de comunicação (e de jornalismo em particular) não têm oferecido aos seus alunos os conhecimentos científicos e técnicos necessários para exercício da profissão. Precariamente equipados, estes cursos se transformam, em alguns casos, em laboratórios de experiências encomendadas pelos próprios monopólios empresariais. Mesmo com toda a deficiência dos cursos de formação, entretanto, o diploma acabou se transformando, conjuntamente, num instrumento de preservação do mercado de trabalho, vilipendiado pelas mais variadas formas de picaretagem.

## Um projeto alternativo

Para enfrentar o governo, os delegados presentes ao Congresso — representando 25 entidades sindicais de jornalistas de todo o País e a Federação Nacional, Fenaj — decidiram desencadear ampla campanha de esclarecimento junto à categoria e à opinião pública, visando denunciar a verdadeira intenção da equipe collorista: desregulamentar as profissões para beneficiar os patrões. Ao lado destas iniciativas, decidiu-se procurar todas

as categorias atingidas para a elaboração de um projeto alternativo a ser discutido com os congressistas, que permita transferir para Ordens ou Conselhos nacionais e regionais (instâncias a serem criadas), a responsabilidade pela concessão dos registros profissionais, mantendo as profissões regulamentadas, mas desatrelando-as do Ministério do Trabalho.

Nesse sentido, foram definidas as etapas a serem cumpridas visando à elaboração de tal projeto. A primeira delas, dia 18, em São Paulo, foi o encontro entre representantes de várias categorias afetadas pelo projeto de lei. A discussão será aprofundada na segunda quinzena de fevereiro, também em São Paulo. E, finalmente, em março, os jornalistas instalarão um congresso nacional extraordinário, em Brasília, coincidindo com a reabertura dos trabalhos da nova legislação.

## Carta de Florianópolis

No documento que sintetiza as preocupações e posições políticas da categoria dos jornalistas, além de tratar das questões específicas da profissão, está escrito: “Os desafios da sociedade brasileira são enormes e urgentes. O projeto neoliberal do governo Collor aprofundou a crise, arrouchou os salários, aumentou o desemprego e implementou, por medidas autoritárias — algumas inconstitucionais, outras casuísticas —, decisões que atingem setores fundamentais que afligem o povo brasileiro.” Além desta caracterização da política governamental, consignada na carta

de Florianópolis, os delegados da corrente sindical classista presentes ao congresso firmaram sua posição contundente e clara de oposição à participação da CUT no Pacto Social nas condições em que está sendo proposto. Segundo Miguel Lucena, delegado eleito pela Bahia e membro da

instâncias a serem criadas, a responsabilidade pela concessão dos registros, o que, na prática, manteria as profissões regulamentadas, desatrelando-as do organismo estatal.

Nesse sentido foram definidas as etapas a serem cumpridas visando à elaboração dessa proposta. A primeira acontecerá no próximo dia 18 em São Paulo, quando será realizada uma

São Paulo, provavelmente na segunda quinzena de fevereiro do ano que vem. Finalmente, em março, em Brasília, os jornalistas realizarão um Congresso Nacional Extraordinário.

Em paralelo a essas atividades, o Congresso decidiu deflagrar uma campanha nacional de publicidade, dirigir cartas aos congressistas e marcar audiências com ministros, sempre

Corrente Sindical Classista da CUT, Collor “discursa para os descamisados e governa para os afortunados”. Para ele, a CUT não deve negociar, pois os trabalhadores não têm mais o que ceder.

Por fim, o 24º Congresso decidiu também aprofundar a discussão so-

## Outras decisões

O 24º Congresso Nacional de Jornalistas decidiu também aprofundar a questão do Sindicato Único, fixando como passo inicial a realização de um encontro nos dias 19 e 20 próximos, em Cajamar, com a participação de dirigentes da CUT. Além disso, refe-

bre a unificação de várias categorias ligadas à área de comunicações, o sindicato único dos trabalhadores em comunicações ou em empresas de comunicação, para poder enfrentar em melhores condições o monopólio dos grandes conglomerados. (Pedro de Oliveira)

## Protesto contra a Justiça do Trabalho

A morosidade no julgamento do processo de dissídio coletivo dos metalúrgicos de Caxias do Sul (RS) levou os sindicalistas da categoria a uma atitude inédita no Estado. Um grupo de 150 dirigentes do sindicato metalúrgico lotou três ônibus, terça-feira (05) e se dirigiu a Porto Alegre. A intenção dos sindicalistas era conseguir uma audiência com o presidente do Tribunal Regional do Trabalho, para pedir maior agilidade no julgamento do dissídio, cujo processo tramita no TRT há mais de seis meses.

Porém, ao tentarem entrar no prédio do Tribunal, os trabalhadores foram barrados pelos seguranças. Os dirigentes protestaram e a situação ficou difícil, a ponto de gerar confusão entre as partes. Não demorou muito para que um pelotão policial chegasse para intervir, batendo nos operários. Cinco sindicalistas foram presos e tiveram que prestar depoimento na Polícia Federal.

O fato mereceu destaque em todo o Estado. Na Câmara Federal,

o deputado Paulo Renato Paim (PT) manifestou-se a favor dos trabalhadores e pediu mais agilidade dos tribunais no julgamento dos dissídios.

Para a diretoria do sindicato, a justiça discrimina os trabalhadores. “Se fosse uma causa patronal, já teria sido julgada”, disparou Pedro Pozenatto, diretor de imprensa da entidade. O Departamento Jurídico também não deixou por menos e encaminhou uma representação ao TRT, responsabilizando a segurança do prédio pelo confronto depois da confusão e do protesto da categoria; o resultado foi positivo. A juíza Rosa Maria Candiota da Rosa garantiu que até o final dessa semana vai analisar a matéria. Depois o processo vai para um juiz revisor. A assessoria de comunicação do TRT informou que o dissídio podera ser julgado até o dia 22 deste mês.

Outra dificuldade enfrentada pelo sindicato é a campanha orquestrada pelos patrões quanto às contribuições sindicais. Com o fim

do imposto sindical, os trabalhadores aprovaram em assembleia da categoria o desconto de 3,5% dos salários em outubro. Os associados sofrerão um desconto de 1,5 por cento todos os meses, enquanto os não-sócios terão que contribuir com 1%, também todos os meses. Os empresários, com a intenção de desmoralizar o sindicato, passaram listas nas fábricas na tentativa de não autorizar o desconto.

A diretoria do sindicato entende que a contribuição é necessária para fazer frente à luta da classe operária e manter a entidade com uma boa máquina administrativa, dirigentes liberados e toda a assistência médica e odontológica aos trabalhadores e seus familiares. Entende, também, que esta é a forma de enfrentar a batalha contra Collor e os empresários, que tudo fazem para desestabilizar os sindicatos. Uma dessas provas foi a retirada do imposto sindical através de medida provisória, senão discutida com os trabalhadores. (Janio Meideiros, de Caxias do Sul - RS)

# MURAL

602

Filiado à CUT

Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo — 08/11/90

## Congresso Nacional de Jornalistas rejeita projeto do governo para desregulamentar a profissão

Representantes de 25 Sindicatos de Jornalistas, reunidos em Florianópolis (SC) durante o 24º Congresso Nacional da categoria, encerrado no último sábado, decidiram repudiar o projeto de lei enviado ao Congresso Nacional pelo governo federal que extingue o registro profissional de 15 categorias, dentre elas a de jornalista. Por isso, o Congresso decidiu que os jornalistas de todo o País, trabalhando

Polêmica:

# O fundamental é definir em que mãos está a arte

Elder Vieira dos Santos\*

A Arte é alma, instrumento de conhecimento, diversão ou tudo isso? Lendo e comparando os três artigos publicados na *Classe* acerca do tema, podemos concluir que todos têm alguma razão; que não há, propriamente, uma polêmica. Cada um enfoca a questão de pontos distintos: José Carlos Ruy se propõe fazer um balanço da produção cinematográfica partindo do pressuposto da Arte enquanto "instrumento de conhecimento"; Pompe vem e procura lembrar que Arte é também diversão, e aborda a "Arte real" e o "realismo crítico"; Calucho... bem, Calucho arrisca uma opinião muito particular a respeito e, enquanto opinião, deve ser respeitada e relevada.

Acontece que discutir conceitos de Arte sem situar-se no tempo e no espaço e sem referenciar-se no que há de mais sadio produzido nas diversas regiões deste país e deste planeta é cair numa discussão um tanto estéril, em que pese a grande contribuição teórica que ela possa trazer. Não se trata, portanto, de definir Arte, mas situá-la e compreendê-la em seu movimento presente, cheio de implicações do passado e grávido de perspectivas futuras.

**Discutir arte sem situar-se no tempo e no espaço é cair em discussão estéril**

Isso requer que partamos da premissa fundamental, não acessória, de uma sociedade dividida em classes. A Arte é sim um patrimônio da humanidade, composto, ao longo dos séculos, pela contribuição de todas as gerações conhecidas até aqui. Mas, hoje, é patrimônio de uma humanidade em luta, em profundo antagonismo. Como um fuzil, ela é também produto social, mas, na mão de um operário, serve a um fim, na de um burguês, serve a outro. Daí a improcedência de afirmações do tipo "o pensamento criador é sempre crítico, e por ser crítico é sempre contra o conservadorismo da 'ordem' existente, ou seja, é subversivo". (Moacyr Félix, citado por Pompe em *A Classe Operária*, nº 53, pa. 22) Há muita crítica conservadora e até reacionária em Menotti del Picchia, Milan Kundera e Nietzsche, para citar alguns.

Posto isto, nos parece tranquilo dizer que Arte é, ao lado da Ciência, instrumento de conhecimento, sendo, ao mesmo tempo, diversão, "alma



"É na produção de uma juventude sedenta de conhecimentos que devemos nos referenciar"

da humanidade" e, até em certos casos, forma de evasão (afinal, ninguém é de ferro!). Aliás, essa questão já foi, em muito, superada pelo modernismo. O que importa saber é a Arte que temos e a que queremos, mais precisamente, a que necessitamos.

**Como um fuzil, a arte pode servir tanto ao burguês quanto ao proletário**

Pompe nos fala de uma "arte real, produzida pelos homens de hoje", uma arte bonita que nos sensibiliza e nos ajuda a resistir. Essa Arte, segundo ele, cumpre um papel importante num tempo de "embrutecimento dos sentidos". Realmente, em tempos como estes, em que tudo que cheira a novo é tachado de velho, ultrapassado, obsoleto, obras que encarem a vida com um mínimo de senso crítico devem ser aplaudidas. Mas será que devemos nos contentar com isso? Será que devemos nos satisfazer com um "realismo" que se exaure na constatação e crítica do real? Mesmo considerando a situação atual de esmagamento das idéias avançadas, creio que não. Ao passar os olhos pela história da Arte, veremos que, mesmo em meio à completa derrota, as novas idéias e estilos sempre estiveram vi-

vos, em luta, ora gestando-se, ora florindo.

**Não devemos nos satisfazer com "realismo" que se esgota na constatação do real**

Quando os renascentistas estavam com a parada quase ganha, dando golpes mortais no modelo estético feudal, veio a Contra-Reforma da Igreja, a Inquisição com suas fogueiras. Surgiu o Barroco, com suas linguagens obscuras, suas construções dissimuladas, ocultando a clareza do pensamento objetivo, a limpidez do palavreado popular, a humanização dos mitos e heróis. Não obstante, a Arte não se fez de rogada. Refletindo e sendo parte das transformações do período, depois da fase de evasão com o Arcadismo, inaugura o Romantismo, que supera a contradição imposta homem versus Deus, rompendo de vez com o pensamento feudal, cantando o homem novo, o burguês, herói e indivíduo capaz de dilacerar os modelos mentais sacros e descortinar uma época de liberdade formal e conteudística.

Hoje, não são as fogueiras da Inquisição, mas as do Mercado que consomem as novas idéias. O Mercado é como o Deus da Contra-Reforma, parâmetro para o homem, centro do universo. Toda aquela que não se sub-

meta às suas leis será proscrito. A medida de uma obra de arte é seu valor de troca. E o Mercado faz o artista à sua imagem e semelhança: "(...) arte interessante gera dinheiro. Cria retorno financeiro (...) Cultura (...) é missão capitalista. E não deveria ser diferente..." diz Gerald Thomas, autor de M.O.R.T.E., em artigo publicado na Folha de S. Paulo sob o título "Arte e Estado". É a ilusão com o mercado, que leva o artista a não enxergar que só é "interessante" a arte que reproduz o sistema burguês, que o multiplica na mente das classes média e popular. Tal Arte é consignada no conceito de *Pós-modernidade*, conceito a-histórico, que vê o mundo em fragmentos desconexos, num hoje perpétuo, sem passado e sem futuro; que supervaloriza o individualismo exacerbado, que quer a sobrevida do herói romântico, auto-suficiente e egoísta. A produção cinematográfica está cheia de exemplares dessa arte "interessante": "Superman", "Batman", "Eu te amo", "Asas do desejo", etc.

das, intencionais ou não. E o que necessitamos para combater tais concepções é uma arte real avançada, que está na produção proscrita, não prostituída, que bebe na fonte do povo e que existe subterrânea a dizer *não* ao preconceito burguês, ao "moderno-conservador". É a produção de uma juventude sedenta de conhecimentos e portadora de tantos outros; é a produção, inclusive de grandes artistas, não veiculada pelos grandes meios de comunicação; é aquela que se mostra em festivais, encontros, que se publica com recursos próprios; que busca despertar a consciência do indivíduo para si, suas contradições e as do seu meio, procurando superá-las; que evoca o novo e que converge para o caminho da liberdade e soberania do povo.

**Já vivemos Renascença da arte popular; hoje passamos por derrota passageira**

É nessa produção que devemos nos referenciar para discutir a arte e seus rumos. Isso, contudo, não significa negar outras contribuições, as "coisas bonitas, que (...) nos dão alento". Devemos ser amplos na apreciação das diversas formas de manifestação artística, sem, no entanto, deixar de fazer a pergunta fundamental de Brecht: "Serves a quem?"

Nós já vivemos a renascença da arte popular e progressista. Experimentamos, hoje, uma derrota conjuntural, embora histórica. Falar do novo, nesses tempos de quedas de muros e sonhos, é difícil. O novo surgiu e ruiu. E muitos dos que o cantaram ruíram junto.

Nosso grande desafio — real desafio, portanto — é retomar a lutar da arte popular num outro patamar. É descobrir novas formas de abordar o futuro pelo presente. Reunir tudo o que há de sadio, mesmo que não de todo — o que não significa temporizar com as insuficiências — para decantar aquilo que é realmente inovador.

Nos parece claro que isso tem profunda relação com o movimento popular, seu avanço ou recuo. Cabe a nós, artistas ou não, vincularmo-nos a ele para encontrar "o caminho das pedras".

Hoje não é a Inquisição, mas o Mercado que trava o desenvolvimento das idéias

**CDM**  
Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois

A Arte real é composta de concepções retrógras

Instituto Nacional de Cultura da UJS — União da Juventude Socialista

# Cientista que amou a liberdade

Olival Freire Jr.\*

**Faleceu a 10 de novembro o físico Mário Schenberg. É uma significativa perda para a vida intelectual e política do nosso país.**

Nascido em 2 de julho de 1914, na cidade de Recife, percorreu nestes 76 anos de existência destacada trajetória como cientista, intelectual e político, tendo adquirido renome internacional pela sua produção científica.

O físico Schenberg esteve entre os primeiros alunos da então recém-criada Universidade de São Paulo. Seus primeiros trabalhos foram publicados em revistas internacionais quando tinha apenas 22 anos. Em 1938 viaja para a Itália, iniciando uma cooperação intelectual com cientistas de renome internacional como Fermi, Levi Civita, Langevin e Prigogine, entre outros. Seu trabalho científico de maior repercussão fora dos meios especializados foi feito com o físico George Gamow, em 1940, tratando do processo de dissipação de energia em estrelas com emissão de neutrinos. Este processo tem servido de base para explicar o envelhecimento de estrelas e o surgimento de supernovas em seu lugar. O processo proposto levou o nome de processo Urca; é que nas estrelas em rápido envelhecimento as partículas desapareciam rapidamente... como as economias dissipadas no então Cassino da Urca.

Destaca-se neste trabalho a audácia em elaborar um modelo usando uma partícula hipotética, o neutrino, sem verificação experimental. Esta atitude ia contra a moda positivista na física, de apego estrito ao observável.

Contudo, muitos dos trabalhos científicos de Schenberg ainda não

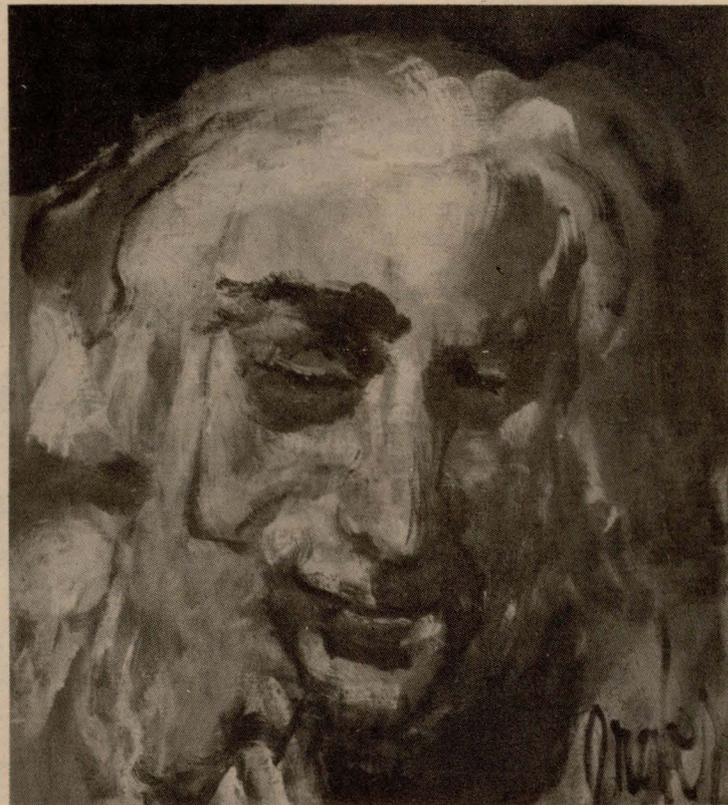
esgotaram suas potencialidades enquanto instrumentos de captação da realidade. São hoje objetos de estudo em diversas instituições científicas em todo o mundo.

Schenberg foi um homem permanentemente preocupado com o desenvolvimento da ciência no país. Diretor por vários anos do então Departamento de Física da Faculdade de Filosofia da USP, estimulou tanto a física teórica quanto a experimental. Foi pioneiro em perceber, na década de 50, que a próxima revolução tecnológica viria da informática, da eletrônica e não da física nuclear. Daí seu incentivo à criação do primeiro laboratório brasileiro de física do estado sólido e sua participação na implantação do Centro de Computação da USP.

Foi também o iniciador de cientistas brasileiros de renome como Leite Lopes e César Lattes.

Intelectual, crítico de arte, apoiou nos anos 50 o surgimento da arte concreta, tendo estabelecido estreitos vínculos com Haroldo de Campos, Oiticica, Décio Pignatari, Lígia Clark, entre outros. Não se limitou à ciência de seu tempo: valorizava a riqueza do pensamento oriental, tornando-se um conhecedor destas civilizações. Advogava que o próximo passo essencial a ser dado na ciência seria a ligação da física com a biologia. Considerava os fenômenos parapsicológicos como fenômenos intermediários entre a física e a biologia. Sugeriu que esta ponte poderia ser estabelecida por um novo conceito de tempo, um tempo histórico distinto do tempo reversível da física.

A profícua vida científica e intelectual de Schenberg valorizou a cultura



Mário Schenberg por Mário Gruber

brasileira e é uma permanente referência para a educação das gerações mais jovens. Mas sua vida deixa-nos também lições que a sociedade brasileira deve extrair até para que tais situações não mais se repitam em nossa história. Schenberg sofreu variadas restrições políticas ao longo de sua vida. Militante do Partido Comunista, foi eleito deputado por São Paulo no período que se seguiu ao fim do Estado Novo. Foi logo cassado, quando da cassação do registro do Partido Comunista do Brasil, no Governo Dutra. No início da década de 60 foi o mais votado deputado pela

legenda do PTB, por SP. Mas foi impedido de assumir o mandato sob a acusação de "ligação" com os comunistas.

Com o advento da ditadura militar de 64 as restrições políticas cercaram diretamente a produção científica de Schenberg. Foi preso, cassado, aposentado compulsoriamente e proibido de frequentar universidades brasileiras. A tragédia pessoal de Schenberg confunde-se assim com a tragédia de nossa nação. Extremamente carente de desenvolvimento científico, tecnológico e cultural mas, por variados meios, inclusive pela re-

pressão política, tem dificultado a continuidade da produção cultural de seus melhores filhos.

Mas a vida de Schenberg nos ensina também pela forma ativa com que enfrentou todas estas adversidades sem nunca se dobrar, sem nunca desanimar. No IPM instalado na Faculdade de Filosofia, em 1964, deixou o seu testemunho: "Desde o dia primeiro de abril deste ano, compreendi claramente os perigos que me ameaçavam. Poderia facilmente ter encontrado asilo em embaixadas estrangeiras, e deixado sossegadamente o território nacional. Recebi várias propostas sedutoras de países estrangeiros. Algumas já conhecidas publicamente e mesmo comunicadas às autoridades brasileiras. Por uma questão de consciência, resolvi enfrentar o cárcere e outros vexames para agir de acordo com o meu senso de responsabilidade e amanhã não me envergonhar de ter abandonado uma obra de 30 anos no momento de maior dificuldade".

Exemplo de amor à liberdade, permanecem atuais suas palavras pronunciadas em 1984, num seminário em homenagem aos seus 70 anos:

"... há um conselho que dou a vocês: não tenham medo, não só de levar pancada, mas também de expor suas idéias. Porque se tiverem medo, nunca poderão criar nada de original."

Mesmo após sua cassação, Schenberg prosseguiu suas atividades tendo se tornado, a partir de 1975, o principal crítico brasileiro do malfadado Acordo Nuclear Brasil-Alemanha. Já na fase final da ditadura preferiu diversas palestras em universidades brasileiras.

\*Professor de física

## ASSINE JÁ A PRINCÍPIOS e se garanta contra a inflação

NOME

ENDEREÇO

CIDADE

ESTADO

CEP

ASSINATURA (4 EDIÇÕES) A PARTIR DO N.º  
Cr\$ 2.000,00 (ATÉ 31.12.90) Edição avulsa n.º Cr\$ 500,00

● Recorte o cupom acima e envie CHEQUE NOMINAL À EDITORA ANITA GARIBALDI  
RUA DOS BORORÓS, 51 - 1.º ANDAR - CEP 01320 - SP  
- FONE: (011) 278-3220

### Editora Anita Garibaldi

#### Lista de preços — novembro/90.

30 Anos de Confronto Ideológico — coletânea.....	1.400,00
Em Defesa do Socialismo Científico — Stálin.....	750,00
Manifesto do Partido Comunista — Marx e Engels.....	500,00
Estratégia e Tática — coletânea.....	750,00
A Política Revolucionária do PCdoB — VII.º Congresso.....	700,00
Socialismo, Ideal da Classe Operária... João Amazonas.....	500,00
Marx e os Sindicatos — D. Losowski.....	850,00
Problemas Econômicos do Socialismo na URSS — Stálin.....	500,00
A Luta contra o Revisionismo Soviético — Enver Hohxa.....	450,00
As Portas de Moscou — Alexandr Bek.....	950,00
Princípios n.º 19.....	500,00*
Princípios n.º 18.....	300,00*
Princípios n.ºs antigos (4, 9, 13, 15, 16 e 17).....	250,00
Folhetos: — As Transformações Sociais — João Amazonas.....	50,00
— O Brasil numa Encruzilhada — João Amazonas.....	50,00
— A Luta pela Emancipação da Mulher — Jô Moraes.....	50,00
— Socialismo para a Juventude — Aldo Rebelo.....	50,00
— Perestroika — João Amazonas.....	50,00
— PCdoB X PCB — 2 caminhos opostos — Rogério Lustosa.....	30,00
Reportagem sob a Força — Julius Fucik.....	500,00
O Bastião Albanês — Bernardo Jofilly.....	880,00*

\* Envie relação de livros desejados conjuntamente com cheque nominal à Editora Anita Garibaldi, R. dos Bororós, 51 — 1.º andar — CEP 01320  
Tel. (011) 270-3220.

# A Revolta da Chibata

Conhecido como "A Revolta da Chibata", eclodiu em 23 de novembro de 1910 um dos mais importantes levantes populares da "República Velha", reprimido com requintes de crueldade pela Marinha e pelo governo. A historiografia oficial escreveu muito pouco sobre o assunto e, quando o fez, deturpou os fatos. O artigo abaixo, de autoria de Edison Carneiro, publicado pelo jornal "Correio da Manhã" em 23/11/46, tem valor de documento histórico. Mostra o que foi a luta dos marujos comandados pelo "almirante negro", João Cândido, e o comportamento do governo do marechal Hermes da Fonseca e da Armada.

Ainda se encontravam fundeados na Guanabara os vasos estrangeiros que vieram representar diversos países na posse do Marechal Hermes da Fonseca, quando, na noite do dia 23 de novembro de 1910, a cidade foi abalada com a notícia de que a nossa esquadra, que chegara naquele ano da Inglaterra, se sublevara. Aos boatos mais desencontrados seguiram-se os disparos das belonaves contra o Arsenal da Marinha e a ilha das Cobras.

O governo imediatamente mobilizou todas as tropas disponíveis, a fim de fazer face ao levante, certo porém de que, contra aqueles barcos, capitaneados pelos encouraçados "Minas Gerais" e "São Paulo", nada adiantariam as forças do Exército. A artilharia de ambos constituía a maior concentração de fogo a flutuar nos sete mares. Além desses, 9 cruzadores, 8 des-

tróieres e 2 navios-escola sublevaram-se também, dando aos revoltosos uma força respeitável.

No dia seguinte, todos sabiam que a revolta não tivera apoio de oficiais; dela só participavam os praças rebeldes contra o uso da chibata a bordo, a má alimentação e o excesso de trabalho. Apresentavam ao governo uma intimação: caso não fossem atendidos, voltariam os canhões contra a cidade e a transformariam num montão de escombros. Como era natural, verificou-se o pânico, e, enquanto os navios visavam somente os objetivos militares da baía, que eram o Arsenal de Marinha e a ilha das Cobras, o povo, amedontrado, fugia para os arbalades.

Sendo embora um movimento de indignação dos inferiores, principalmente contra os castigos corporais que lhes eram inflingidos, a esquadra tinha um chefe, e na sua escolha influíra o prestígio que desfrutava o marinheiro de primeira-classe, João Cândido, entre os seus companheiros. Era o orador oficial de todas as ocasiões e de tal modo se sobressaiu que a maruja entregou o capitânia e toda a frota ao seu comando. De simples marinheiro, João Cândido passou a almirante em chefe de nossa então poderosa força naval.

Estabelecidas as confabulações com os rebeldes, entre as suas reivindicações exigiam a anistia, que deveria ser concedida antes de todas as outras. Assim sendo, o Marechal Hermes encaminhou ao Senado a questão, entrando ela em discussão no dia



24, com um pedido de urgência. Coube relatá-la ao então senador Ruy Barbosa, candidato vencido nas eleições à presidência da República, e que, com memorável parecer, deu ganho de causa aos revoltosos, concedendo-lhes anistia. Ampla e irrestrita. Iniciou ele o seu discurso com a justificativa do movimento, dizendo em certo trecho: "Li hoje, com admira-

ção, as declarações do deputado Carlos de Carvalho, que está confabulando com os marinheiros; vi como esses homens lhe mostraram com orgulho os seus navios, dizendo: Senhores, isto é uma revolta honesta! Gente dessa ordem não se despreza. Lamentam-se os desvios, mas reconhece-se o valor humano que ela representa". A seguir, ataca os maus tratos que sofriam os praças na Armada e no Exército, mesmo após ter sido abolida a escravatura no Brasil. Finalmente, achando que o governo não dispunha de meios para enfrentar os revoltosos, uma vez que as verbas pedidas ao Congresso para a construção dos navios davam, como garantia, a sua

inexpugnabilidade, o senador propõe a anistia aos insurretos, sendo aprovada naquela Casa por unanimidade. No dia seguinte, a Câmara aprovava também o projeto, que é assinado, horas depois, pelo Marechal.

Estava terminada a revolta e, com a nomeação dos comandantes para os navios, foram os mesmos entregues pelos marinheiros que os comandavam.

Durante três dias, a maruja lograra expurgar a Marinha da chibata, restaurando o respeito que todo homem deve ter para com o seu semelhante, independente do grau hierárquico. Mas, se o governo se curvara, atitude que a opinião pública acolheu com simpatia, fora só aparentemente. No dia 29, o presidente da República autorizava o ministro da Marinha a expulsar da Armada os revoltosos, que eram todos os seus marinheiros. Um contragolpe logo se armou. Antes de deflagrar, foi decretado o estado de sítio, cessando, pois, a anistia concedida. Chefe e mais de mil companheiros foram metidos nas masmorras da ilha das Cobras, de onde só saíram dois anos mais tarde.

João Cândido, após deixar a prisão, empregou-se na Marinha Mercante, de onde saiu por força de uma lei que impedia o embarque dos marinheiros de mais de 45 anos.

Como bom marinheiro, não podia deixar o mar. Tornou-se então pescador, afastando-se há pouco, em virtude de doença. Hoje, ao 66 anos de idade, o homem que teve sob suas ordens mais de 3.000 marinheiros e que comandou a esquadra, com os dois couraçados mais poderosos do mundo de então, ainda que por três dias somente, vive de pequenos serviços que mal lhe dão para o sustento da família numerosa.

## Mortos por inanição e asfixia

A pretexto de repressão, houve horrores, no meio dos quais avultaram os do "Satellite" e as mortes por asfixia e inanição na ilha das Cobras. A propósito do último caso, são muito significativas as explicações do médico do Batalhão Naval, Dr. Ferreira de Abreu, dadas em entrevista ao "Correio da Manhã" e publicadas a 17 de janeiro de 1911:

— Quando teve conhecimento das mortes?

— Quando voltei à ilha das Cobras, o comandante Marques da Rocha disse-me na secretaria: "Tem aí dezesseis cadáveres; precisa passar as certidões de óbito".

— Ficou surpreendido, decerto...

— Naturalmente. Na ilha não havia nenhum doente de gravidade. Aquelas dezesseis mortes surpreenderam-me. O comandante, talvez notando o espanto que me causou aquela notícia, disse-me que se tratava de casos de insolação. Todavia, não quis passar os

atestados sem primeiro examinar os cadáveres. Fui vê-los e fiquei convencido de que os homens tinham morrido de inanição e asfixia. Procurei saber logo onde tinham sido encontrados os cadáveres. Informaram-me que nas solitárias. Dirigi-me para ali. As solitárias são prisões horrorosas, nas quais o ar só entra depois de ter percorrido dois estreitos cubículos, onde o ambiente começa sendo envenenado. Imagine: em seguida a uma porta de grades, há um pequeníssimo espaço, de um metro, se tanto; segue-se uma porta toda chapeada de ferro; depois um espaço igual ao primeiro, após este nova porta de ferro, tendo apenas um orifício a certa altura...

E, enquanto falava, o Dr. Ferreira de Abreu desenhava num papel a topografia da solitária...

— Quando a minha cabeça chegou à altura do orifício que serve para a entrada do ar na solitária, recuei aterrado, tão pestilencial era o fétido que de lá vinha! E ain-

da lá estava gente viva!

O Dr. Ferreira de Abreu interrompeu-se, para prosseguir:

— Diante daquela monstruosidade, fiz o que devia: dirigi-me ao comandante, para que ele mandasse imediatamente transferir os presos da solitária. Assim se fez. Encontrei então o João Cândido e outros em estado desgraçado, aos quais mediquei, imediatamente. Um dos presos, um crioulo alto, estava já estendido no chão e sem poder mover-se. Se não lhe acudisse depressa, teria morrido também...

— E... quanto aos cadáveres?

— Dei os passos que a minha posição especial me determinava que fizesse. Voltei à ilha, já munido dos papéis impressos para as certidões. Dei como causa de óbito insolação... Seria uma vergonha que eu declarasse nesse documento que aqueles homens morreram de inanição e asfixia...

(Cf. "A Revolta da Chibata", Edmar Morel, Ed. Graal, 1986)

## Castigos corporais

O contra-almirante José Carlos de Carvalho, que era deputado quando ocorreu a "Revolta da Chibata", foi incumbido pelo governo de parlamentar com os revoltosos. Indo a bordo do navio "Minas Gerais", ouviu deles que a causa do movimento foram os excessivos castigos corporais. Para provar, apresentaram-lhe um marinheiro surrado dois dias antes. Em depoimento à Câmara dos Deputados, José Carlos de Carvalho declarou:

"Examinei esse praça e trouxe-o comigo para terra, a fim de ser recolhido ao Hospital da Marinha. As costas desse marinheiro assemelhavam-se a uma tábua lanhada para ser salgada".

(Citado por Edmar Morel, no livro "A Revolta da Chibata" Editora Graal, 1986).

Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois

## A arte e a vida do violeiro Bil Pereira

A poesia como norma de vida sempre foi algo um tanto ingrata e lastimosa. Seu caminho sempre foi o caminho do obscurantismo e da incompreensão. Pelo menos foi o que pareceu ser até hoje para Francisco Pereira da Silva, ou mais simplesmente — Bil Pereira — que nos seus 63 longos anos de poesia popular só auferiu desprezo e desilusões.

Depois de toda uma vida de andanças por vários Estados do Brasil, levando na sua viola tão somente o que havia de mais nobre na cultura popular, como o sertão com seu povo forte, destemido e sofrido e a natureza vista por um prisma mais transcendente; esse Missão-velhense do interior do Ceará, hoje ainda mais pobre, tem de se contentar com um final — como ele mesmo diz — “Profundamente infeliz”, por se encontrar enfermo e destituído de qualquer perspectiva de futuro melhor. Acometido de um mal pulmonar, o camarada Bil Pereira mais parece uma viola encostada, sem cordas e empoeirada. Como cantador, poeta e violeiro, Bil exaltou e enalteceu de viva voz o sertão em todos os quadrantes por onde passou. Sempre cantando o que havia de mais puro no coração do Povo sertanejo; catou sem cessar o sumo da cultura popular sempre pondo em evidência a expressão orgulhosa de ser Missão-velhense. Em troca nada recebeu, quase esquecido. A juventude pouco sabe sobre ele. Mas seu amor à poesia é maior que tudo, e isso o faz cada vez mais jovem; mesmo a realidade sendo inexorável e resumindo assim sua vida em um dístico.

Como nordestino, diz ter passado bons tempos. Gôzou a boemia e não abria mão dos prazeres simples que ela oferecia. “Eu não tenho e nunca jamais tive fidalguia, fui sempre o pó e o lodo das estradas”. Assim simplista que não contava até três para ajudar seus amigos, gosta de se definir.

O sertão nas suas formas mais belas sempre esteve vivo na sua poesia, que por ser simples se torna ainda mais linda e metafísica para o bom-senso e gosto. “Sou um sem vergonha, poeticamente falando”, diz Bil. “Pois nunca ganhei nada da poesia e no entanto não sei viver sem ela. Fala do amor com naturalidade mas, como algo raro e por sua vez muito difícil...”

Considerado por Patativa do Assaré, seu amigo, como “um dos remanescentes da poesia popular,” Bil Pereira espera calado,

em sua tapera, ajuda, a fim de que possa viver mais alguns anos incertos. Ainda assim vai continuar dando tudo de si para a poesia, por isso ela vem de dentro com alma e vida. Como ele mesmo gosta de dizer, “a poesia apenas é digna desse nome quando possui vida e para isso precisa ter a alma do poeta, aí é que tá o xis.”

Que nossa cultura zeze por esse homem, pobre e diferente, justamente por ver o mundo de um outro jeito, isto é, com olhos de poeta. Como Bil mesmo diz “o poeta parece ter como futuro o esquecimento. Mas vivendo estou desafiando a morte e isso me faz gostar mais um pouco dessa velha vida”... “eu estou vivo isso ainda me faz um bem danado.”

(José Cícero Silva, Missão Velha, CE)  
(Abaixo, poemas selecionados de Bil Pereira)

### Eu e o sertão

Falta madeira na mata/ raposa peba e tatu/ milho feijão e andu/ jerimum melão batata/ falta água na cascata/ falta lama no barreiro/ falta cavalo e vaqueiro/ peneira chapéu gibão/ falta chuva no sertão/ mas não falta um violeiro.

No sertão falta farinha/ falta planta no baixo/ falta piaba no rio/ piranha piau sardinha/ falta peru e galinha/ falta galo no poleiro/ falta bode no chiqueiro/ pato capote e capão/ falta chuva no sertão/ mas não falta um violeiro.

Eu não posso mais cantar/ vou guardar meu violão/ com uma recordação/ dum poeta popular/ para quando eu me lem-

brar/ que já fui bom seresteiro/ sozinho ou com companheiro/ cantando minha canção/ falta chuva no sertão/ mas não falta um violeiro.

Esforcei-me quanto pude/ pra viver de cantoria/ não me faltou poesia/ porém me faltou saúde/ falta água em meu açude/ falta trigo no celeiro/ para mim falta dinheiro/ só não falta precisão/ falta chuva no sertão/ mas não falta um violeiro.

### Cajueiro

Cajueiro velho amigo/ eu conheço teu passado/ tu eras quem dava abrigo/ a mais de um flagelado/ oh, meu amado cajueiro/ foi por causa do dinheiro/ que te puseram machado.

## Pastoral da Juventude, por “mudanças radicais”

O presidente Fernando Collor tem baseado muitas de suas decisões nas medidas provisórias, novo nome dos antigos decretos-leis do governo Vargas e do inesquecível regime militar.

As dezenas e dezenas de medidas “imexíveis” decretadas pelo “Fernandinho”, e que ele mesmo alterou (violou umas, anulou outras), fazem parte de um “plano antiinflacionário” que na verdade deveria receber o nome do plano Antiestatal, por promover visível favorecimento dos grupos

privados. Toda essa ação, que tem como um de seus objetivos básicos favorecer os interesses das grandes potências imperialistas, em especial os EUA, acabará causando decepção, insegurança e revolta entre os descamisados, apesar dos esforços em contrário desenvolvidos pelos meios de comunicação.

Não importa o que os norte-americanos acham, o que interessa é o que sentimos e pensamos. Por isso, tentaremos mais uma vez debater amplamente com o povo a necessidade de mudanças na cara do Brasil — esta cara de contraste e desigualdades. Nós, da PJMP — Pastoral da Juventude do Meio Popular — sempre teremos tempo e boa vontade para participar das mudanças radicais de que nossa sociedade necessita, pois achamos que a proposta do Cristo Libertador ainda não se concretizou (Eldinho Pereira da Silva, Farias Brito, CE)

## Teatromania, agora em nova fase

Stanislavsky? Brecht? Antonin Artaud? Grotowsky? Augusto Boal? Maria Clara Machado? Commedia dell'Art? Interpretação naturalista ou caricatural? Teatro popular ou elitista? Até o dia 13 de outubro estas e outras questões como: onde se apresentar?, pra quem?, por quem?, por que?, como?, com que dinheiro?, cobrar cachê?, como ir até lá?, como levar o material de cena?, como divulgar?, pareciam não ter sentido entre os componentes da Cia. Teatromania (ex grupo Teatro Mania), que não pensavam nem um pouco em sair dos imensos muros estéticos, culturais, ideológicos e limitados do Colégio Instituto 13 de Junho, no bairro João XXIII (periferia de Fortaleza), onde o grupo nasceu, cresceu e por pouco não morreu.

Mas isso é o retrato do Teatromania antes do dia 13 de outubro: um grupinho de escola atuando só com menininhos de uma escola que não tem o primeiro grau completo. O Teatromania depois desse dia é um grupo formado pelas mais diversificadas pessoas do bairro e fora dele, atuando na periferia e onde for chamado. Com uma estética não só defendida pelo seu diretor cênico (Charles Odevan Xavier) e acatada por todos, consegue estimular o senso crítico das camadas populares que nos assistem, sem esquecer de dar a diversão e a informação necessárias. (Charles Odevan Xavier, Fortaleza, CE)

## PROMOÇÃO!!

A Classe Operária oferece a você, numa rara oportunidade, a coleção encadernada dos números 01 a 40, em dois volumes, num preço bem camarada. Adquira a sua, os números são limitados!

Preencha o cupom abaixo e envie junto cheque nominal à Empresa Jornalística A Classe Operária Ltda., rua Adoniran Barbosa, 53 — Bela Vista — São Paulo — SP — CEP 01318

**QUERO RECEBER A COLEÇÃO ENCADERNADA DO JORNAL A CLASSE OPERÁRIA VOLUME I (Nº 01 A 20) — 45 BTN'S**

**VOLUME II (Nº 21 A 40) — 45 BTN'S**  
**VOLUMES I e II — 75 BTN'S**

NOME.....  
ENDEREÇO.....  
CIDADE.....  
ESTADO.....  
CEP.....  
PROFISSÃO.....  
É ASSINANTE?.....

## Assine já o seu jornal “A CLASSE OPERÁRIA” UM JORNAL PELO SOCIALISMO

Nome .....  
Endereço .....  
CEP ..... Cidade ..... Estado .....  
Profissão .....

### “A CLASSE OPERÁRIA” CUSTA MUITO POUCO

Assinatura trimestral: Cr\$ 500,00

Assinatura semestral: Cr\$ 1.000,00

**Preencha hoje mesmo este cupom e envie cheque nominal à Empresa Jornalística A Classe Operária Ltda.**

### A Classe Operária

**Diretor e Jornalista Responsável:** João Amazonas.

**Editor:** José Reinaldo Carvalho

**Redação:** Antonio Martins, Irasson Cordeiro Lopes e Umberto Martins

**Diagramação e Arte:** José Luis Munuera Reyes

**Centro de Documentação:** Joana D'arc de Sousa

**Administração:** Sandra Mateus

**Secretária:** Márcia Medeiros

**Assinaturas:** Cláudia Medeiros

**Fotografia:** Ailton Leite

**Endereço:** Rua Adoniran Barbosa, 53 — Bela Vista CEP 01318 — São Paulo/SP

**Telefone:** (011) 36-7531

**Telex:** 11-21983

**Fax:** (011) 36-4104

**Nas capitais:** ACRE — Rua Rio Grande do Sul, 65, CEP 69900, fone: (068) 224-7329, Rio Branco; ALAGOAS — Ladeira do Brito, 72 — fones: (082) 221-4634 e 221-4728, Maceió; AMAPÁ — Av. Antônio G. Tocantins, 47, CEP 68900, fone: (096) 231-3370, Macapá; AMAZONAS — Rua Luiz Anthony, 762, CEP 69000, fone: (092) 232-3881, Manaus; BAHIA — Av. Cons. Junqueira Ayres, 41, Barris, CEP 40115, fone: (071) 241-6522, Salvador; CEARÁ — Rua São Paulo, 1.037, CEP 60000, fone: (085) 221-4090, Fortaleza; DISTRITO FEDERAL — HIGS 704, Bloco G, Casa 67, CEP 70302, fone: (061) 225-8202, Brasília; ESPÍRITO SANTO — Rua Prof. Baltazar, 152, CEP 29020, fone: (027) 222-8162, Vitória; GOIÁS — Rua Parnaíba, 355, CEP 74000 fone: (062)

223-5571, Goiânia; MARANHÃO — Rua Desantanhina, 194 CEP 65000, fone: (098) 229-5200, São Luiz; MATO GROSSO — Rua Comandante Costa, 548, fundos, CEP 78030, fone: (065) 321-5095, Cuiabá; MATO GROSSO DO SUL — Rua Rui Barbosa, 2.500, CEP 79010, Campo Grande; MINAS GERAIS — Rua Padre Belchior, 285, CEP 30190, fone: (031) 222-3161, Belo Horizonte; PARA — Rua 3 de maio, 1834, CEP 66800, fone: (091) 229-5200, Belém; PARAIBA — Rua Almeida Barreto, 273, CEP 58020, fone: (083) 222-4413, João Pessoa; PARANÁ — Rua Marechal Deodoro, 1.161, Centro, fone: (041) 263-2049, Curitiba; PERNAMBUCO — Rua do Sossego, 53, CEP 50750, fone: (081) 222-3418, Recife; PIAUI — Rua Desemb. Freitas, 1.216, CEP 64020, fone: (086) 222-2044, Teresina; RIO DE JANEIRO — Rua 13 de Maio, 33, 16º andar, sala 1608, CEP

RIO GRANDE DO NORTE — Rua Prof. Zuza, 99, CEP 59020, fone: (084) 222-6323, Natal; RIO GRANDE DO SUL — Rua Santo Antônio, 254, CEP 90220, fone: (0512) 28-5152, Porto Alegre; RONDÔNIA — R. Tenreiro Aranha, 2.122, CEP 78.900, Porto Velho; RORAIMA — Rua Álvaro Maia, 165, B. Aparecida, CEP 69300, Boa Vista; SANTA CATARINA — Av. Mauro Ramos, 91A, Centro, CEP, 88.000, Florianópolis; SERGIPE — Rua do Lagarto, 807, CEP 49015, Aracaju.

A CLASSE OPERÁRIA é uma publicação da Empresa Jornalística A Classe Operária Ltda.

Composição, montagem, fotolito: Paz Fotocomposição e Fotolito Ltda. — R. Frederico Steidel, 257 Sta. Cecília CEP 01225 São Paulo/SP fones: (011) 222-0602/222-0611 Impressão e Memória Jorúes — fone: (011) 815-4999.

Centro de Memória e Memória Fundação Maurício Grãbóis

# PROSA & VERSO

## O mestre-sala dos mares

João Bosco/Aldir Blanc



Os marinheiros amotinados no encouraçado Minas Gerais (foto superior). Abaixo, o almirante negro, João Cândido, lê no "Diário Oficial" a anistia.

A história oficial silenciou sobre o heroísmo dos marinheiros revoltosos comandados por João Cândido (ver matéria na página 21). Mas os poetas e músicos populares prestaram sua homenagem em versos vibrantes, ao ritmo de samba, que nunca sairão da boca do povo.

Há muito tempo nas águas da Guanabara  
O dragão do mar reapareceu  
Na figura de um bravo marinheiro  
A quem a história não esqueceu  
Conhecido como um almirante negro  
Tinha dignidade de um mestre-sala  
E ao acenar pelo mar na alegria das regatas  
Foi saudado no porto pelas mocinhas francesas  
jovens polacas e um batalhão de mulatas  
Rubras cascatas jorravam das costas dos negros  
entre cantos de chibatas  
Inundando o coração do pessoal do porão  
que a exemplo do feiticeiro gritava então:  
Glória aos piratas, às mulatas, às sereias  
Glória à farofa, à cachaça, às baleias  
Glória a todas as lutas inglórias  
Que através da nossa história não esquecemos  
jamais  
Salve o almirante negro  
Que tem por monumento as pedras pisadas do cais  
Mas faz muito tempo...



**CDM**

Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois